



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 561/99:

Altera o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 50/78, de 28 de Março (reformula os princípios reguladores do uso das viaturas do Estado), na redacção do Decreto-Lei n.º 206/88, de 16 de Junho 9070

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 562/99:

Aprova o classificador económico das receitas e despesas públicas 9070

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

Decreto-Lei n.º 563/99:

Altera o Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho, que extinguiu a JAE e a JAE Construção, S. A., e criou

em sua substituição o Instituto das Estradas de Portugal (IEP), o Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR) e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR) 9082

Ministério da Saúde

Decreto-Lei n.º 564/99:

Estabelece o estatuto legal da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica 9083

Ministério do Ambiente

Decreto-Lei n.º 565/99:

Regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e da fauna 9100

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 561/99

de 21 de Dezembro

Têm-se suscitado dúvidas sobre a entidade a quem cabe regular a utilização, pelos respectivos magistrados, dos veículos dos tribunais supremos dotados de autonomia administrativa e financeira.

Desta autonomia decorre que deve atribuir-se essa competência ao presidente do tribunal.

Uma futura alteração legislativa que atribua a outros tribunais supremos autonomia administrativa e financeira terá, evidentemente, consequências quanto à extensão do regime previsto no presente diploma.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo único

1 — Nos tribunais dotados de autonomia administrativa e financeira compete ao presidente regular, por despacho, a utilização pelos magistrados dos veículos da respectiva frota.

2 — À utilização a que se refere o número anterior é aplicável o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 50/78, de 28 de Março.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Setembro de 1999. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *António Luciano Pacheco de Sousa Franco* — *José Eduardo Vera Cruz Jardim*.

Promulgado em 19 de Novembro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 25 de Novembro de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 562/99

de 21 de Dezembro

A uniformização dos requisitos contabilísticos necessários a uma correcta administração dos recursos financeiros públicos constitui uma preocupação que já se encontra subjacente ao actual regime da administração financeira do Estado (Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro, e Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho), tendo sido, igualmente, nesse sentido que se verificou a elaboração e aprovação do actual Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro, com o propósito de dotar o Estado de um sistema de contas adequado às necessidades de uma administração financeira moderna, inserida na nova realidade do euro e da União Económica e Monetária, que exige a disponibilidade de informação financeira

(v. g., contabilística e orçamental) em condições de acrescida transparência e compatibilidade face aos restantes Estados da União Europeia.

Também por esta razão, dado o relevo da situação consolidada de todo o sector público administrativo (SPA), se impôs a aplicação do actual POCP «a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa pública, bem como à segurança social» (artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro).

São agora idênticas razões, acompanhadas da necessidade de introdução de aperfeiçoamentos vários, que impõem, no plano orçamental, a substituição do actual regime de classificação económica das receitas e das despesas públicas.

Os actuais códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas constam, respectivamente, do Decreto-Lei n.º 450/88, de 12 de Dezembro, e do Decreto-Lei n.º 112/88, de 2 de Abril, sendo, portanto, anteriores aos desenvolvimentos entretanto ocorridos no plano da integração comunitária, que impõem, como se referiu, acrescidas exigências de compatibilidade e de transparência (rigor e cognoscibilidade) dos orçamentos e das contas públicas.

Reunindo-se agora num único diploma os códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, procede-se, igualmente, à sua aplicação aos orçamentos das instituições que compõem o SPA — o que, aliás, já era preconizado pelo disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 737/76, de 16 de Outubro —, bem como se dá satisfação às diversas necessidades de informação a nível da contabilidade nacional, quer no que se refere às nomenclaturas e desagregação dos sectores e subsectores institucionais, quer quanto à identificação de determinadas receitas e despesas, quer ainda quanto à contabilização de operações que dificilmente se enquadram no classificador vigente, como é o caso da locação financeira e da utilização de infra-estruturas de transporte.

E dá-se igualmente resposta às necessidades de especificação de receitas e despesas, que actualmente se classificam em rubricas residuais, mas que desde a aprovação do classificador vigente têm vindo a ter cada vez maior importância em termos de montantes envolvidos, bem como às necessidades de tipificação dos artigos da receita, aos quais se estende, agora, a imperatividade hoje vigente apenas ao nível do capítulo e do grupo, facto que determina a existência, para a mesma receita, de códigos diferentes nos orçamentos e contas dos vários subsectores do SPA.

O presente diploma, não obstante consagrar esta tipificação, prevê, no entanto, que em certos níveis inferiores de especificação desagregada (das receitas ao nível do subartigo e da rubrica e das despesas ao nível da alínea) sejam estabelecidos por portaria do Ministro das Finanças, por forma a que o processo de homogeneização não implique uma rigidez paralisante relativamente à situação actual.

Por fim, propicia-se, através do presente diploma, a satisfação de necessidades decorrentes da consolidação da informação dos orçamentos e contas do SPA por via informática, quer para efeitos de acompanhamento da gestão orçamental, quer para produção de relatórios destinados às instâncias internacionais, com particular relevo no que se refere à UE.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 6/91, de 20 de Fevereiro, e nos termos

das alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Aprovação

São aprovados, nos termos do disposto no presente diploma, os códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, que constam, respectivamente, dos mapas anexos ao presente diploma e dele fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

Os códigos de classificação económica referidos no artigo anterior são aplicáveis aos serviços integrados do Estado, aos seus serviços e fundos autónomos e à segurança social, bem como, com as devidas adaptações, à administração regional e local e aos serviços com planos de contas sectoriais específicos.

Artigo 3.º

Estrutura dos códigos de classificação

1 — Os códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas procedem à distinção das mesmas entre correntes e de capital.

2 — O código de classificação económica das receitas públicas constante do anexo I procede à sua especificação por capítulos, grupos, artigos, subartigos e rubricas.

3 — O código de classificação económica das despesas públicas constante do anexo II procede à sua especificação por agrupamentos, subagrupamentos, rubricas e alíneas.

Artigo 4.º

Níveis desagregados de especificação

1 — A especificação desagregada das receitas públicas ao nível do subartigo e da rubrica e a especificação desagregada das despesas públicas ao nível da alínea são aprovadas por portaria do ministro das Finanças.

2 — Quando existam serviços com planos de contas sectoriais específicos na portaria, referida no número

anterior, intervém também o ministro que tutela o serviço.

Artigo 5.º

Aplicação futura

1 — Os códigos de classificação económica constantes dos anexos I e II ao presente diploma aplicam-se à elaboração dos orçamentos para o ano de 2001 e seguintes.

2 — Os códigos de classificação económica referidos no número anterior aplicam-se, com os necessários ajustamentos e desagregações, relativamente às autarquias locais e entidades equiparadas, à elaboração dos orçamentos para o ano de 2001 e seguintes.

3 — Aos serviços com planos de contas sectoriais específicos aplicam-se os códigos referidos no n.º 1, com os necessários ajustamentos e desagregações, apenas à elaboração dos orçamentos para o ano de 2002 e seguintes.

Artigo 6.º

Norma revogatória

1 — São revogados o Decreto-Lei n.º 112/88, de 2 de Abril, e o Decreto-Lei n.º 450/88, de 12 de Dezembro.

2 — São ainda revogados os artigos 1.º e 3.º a 14.º do Decreto-Lei n.º 737/76, de 16 de Outubro.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Outubro de 1999. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *António Luciano Pacheco de Sousa Franco* — *João Cardona Gomes Cravinho*.

Promulgado em 2 de Dezembro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 8 de Dezembro de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ANEXO I

Classificação económica das receitas públicas

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
01	01	01 02			<p>Receitas correntes</p> <p>Impostos directos:</p> <p>Sobre o rendimento:</p> <p>Imp. s/ rend. pess. singulares (IRS). Imp. s/ rend. pess. colectivas (IRC).</p>

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
	02				Outros:
		01			Imposto s/ sucessões e doações.
		02			Contribuição autárquica.
		03			Imposto municipal s/ veículos.
		04			Imposto municipal de sisa.
		05			Derrama.
		06			Imposto uso, porte e det. arma.
		07			Impostos abolidos.
		99			Impostos directos diversos.
02					Impostos indirectos:
	01				Sobre o consumo:
		01			Imposto s/ produtos petrolíferos (ISP).
		02			Imposto s/ valor acrescentado (IVA).
		03			Imposto automóvel (IA).
		04			Imposto de consumo s/ tabaco.
		05			Imposto s/ álcool beb. alcoól. (IABA).
		99			Impostos diversos s/ consumo.
	02				Outros:
		01			Lotarias.
		02			Imposto do selo.
		03			Imposto do jogo.
		04			Impostos rodoviários.
		05			Resultados exploração apostas mútuas.
		06			Impostos indirectos específicos autarq. locais.
		99			Impostos indirectos diversos.
03					Contribuições para seg. social, CGA e ADSE:
	01				Contribuições para a segurança social:
		01			Regime geral.
		02			Regimes especiais e complementares.
	02				Caixa Geral de Aposentações e ADSE:
		01			Quotas e participações.
		02			Descontos para ADSE.
		99			Outros.
04					Taxas, multas e outras penalidades:
	01				Taxas:
		01			Taxas de justiça.
		02			Taxas de registo e notariado.
		03			Taxas de registo predial.
		04			Taxas de registo civil.
		05			Taxas de registo comercial.
		06			Taxas florestais.
		07			Taxas vinícolas.
		08			Taxas moderadoras.
		09			Taxas s/ espectáculos e divertimentos.
		10			Taxas s/ energia.
		11			Taxas s/ geologia e minas.
		12			Taxas s/ comercialização e abate de gado.
		13			Taxas de portos.
		14			Taxas s/ operações de bolsa.
		15			Taxas s/ controlo metrológico e de qualidade.
		16			Taxas s/ fiscalização de activ. comerciais e indust.
		17			Taxas s/ licenciamentos div. concedidos a empresas.
		18			Taxas s/ valor de adjudicação de obras públicas.
		19			Adicionais.
		20			Vistorias e fiscalização — Código da Estrada.
		21			Emolumentos consulares.
		22			Portagens.
		23			Propinas.
		24			Taxas específicas autarquias locais.
		99			Taxas diversas.
	02				Multas e outras penalidades:
		01			Juros de mora.
		02			Juros compensatórios.
		03			Multas e coimas p/ infracções Código Estrada e restante legislação.
		04			Coimas e penalidades por contra-ordenações.
		99			Multas e penalidades diversas.

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
05					Rendimentos da propriedade:
	01				Juros — Soc. e quase soc. não financeiras:
		01			Públicas.
		02			Privadas.
	02				Juros — Instituições financeiras.
	03				Juros — Administrações públicas:
		01			Administração central — Estado.
		02			Administração central — SFA.
		03			Administração regional.
		04			Administração local.
		05			Segurança social.
	04				Juros — Instituições s/ fins lucrativos.
	05				Juros — Famílias.
	06				Juros — Resto do mundo:
		01			União Europeia.
		02			Países terceiros.
	07				Dividendos e participações nos lucros de soc. e quase sociedades não financeiras:
		01			Públicas.
		02			Privadas.
	08				Dividendos e participações nos lucros de instituições financeiras.
	09				Participações nos lucros de administrações públicas.
	10				Rendas:
		01			Terrenos.
		02			Activos no subsolo.
	11				Activos incorpóreos:
		01			Diversos.
06					Transferências correntes:
	01				Sociedades e quase soc. não financeiras:
		01			Públicas.
		02			Privadas.
	02				Instituições financeiras:
		01			Instituições de crédito.
		02			Empresas de seguros.
		03			Outras.
	03				Administrações públicas:
		01			Administração central — Estado.
		02			Administração central — SFA.
		03			Administração regional.
		04			Administração local — Continente.
		05			Administração local — Reg. Autónomas.
		06			Segurança social.
	04				Instituições s/ fins lucrativos:
		01			Instituições s/ fins lucrativos.
	05				Famílias:
		01			Famílias.
	06				Resto do mundo:
		01			União Europeia — Instituições.
		02			União Europeia — Países membros.
		03			Países terceiros e organizações internacionais.
07					Venda de bens e serviços correntes:
	01				Venda de bens duradouros:
		01			Bens militares.
		02			Material de secretaria.
		03			Material de cultura.
		99			Outros bens duradouros.

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
	02	01 02 03 04 05 99			Venda de bens não duradouros: Publicações e impressos. Fardamentos e artigos pessoais. Bens inutilizados. Produtos agrícolas e pecuários. Produtos alimentares e bebidas. Outros bens não duradouros.
	03	01 02 03 04 05 06 07 08 99			Serviços: Aluguer de espaços. Estudos, pareceres, projectos e consultadoria. Vistorias e ensaios. Serviços de laboratórios. Actividades de saúde. Reparações. Alimentação e alojamento. Recreativos, culturais e de desporto. Outros serviços.
	04	01 02 99			Rendas: Habitações. Edifícios. Outras.
08					Outras receitas correntes:
	01	01 02 03 04 99			Outras receitas correntes: Prémios e taxas por garantias de risco. Produto da venda de valores desamoedados. Lucros de amoedação. Recuperação de impostos. Outras.
					Receitas de capital
09					Venda de bens de investimento:
	01	01 02 03 04 05 06			Terrenos: Sociedades e quase soc. não financeiras. Instituições financeiras. Administrações públicas. Instituições s/ fins lucrativos. Famílias. Resto do mundo.
	02	01 02 03 04 05 06			Habitações: Sociedades e quase soc. não financeiras. Instituições financeiras. Administrações públicas. Instituições s/ fins lucrativos. Famílias. Resto do mundo.
	03	01 02 03 04 05 06			Edifícios: Sociedades e quase soc. não financiadas. Instituições financeiras. Administrações públicas. Instituições s/ fins lucrativos. Famílias. Resto do mundo.
	04	01 02 03 04 05 06			Outros bens de investimento: Sociedades e quase soc. não financeiras. Instituições financeiras. Administrações públicas. Instituições s/ fins lucrativos. Famílias. Resto do mundo.
10					Transferências de capital:
	01	01 02			Sociedades e quase soc. não financeiras: Públicas. Privadas.

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
11	02	01			Instituições financeiras:
		02			Instituições de crédito.
		03			Empresas de seguros. Outras.
	03	01			Administrações públicas:
		02			Adm. central — Estado.
		03			Adm. central — SFA.
		04			Administração regional.
		05			Administração local — Continente.
		06			Administração — Regiões Autónomas. Segurança social.
	04	01			Instituições s/ fins lucrativos: Instituições s/ fins lucrativos.
		05			Famílias: Famílias.
	06	01			Resto do mundo: União Europeia — Instituições.
		02			União Europeia — Países membros.
		03			Países terceiros e organizações internacionais.
	01	01			Activos financeiros: Títulos a curto prazo:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
	10			Resto do mundo.	
	02	01			Títulos a médio e longo prazos:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
	10			Resto do mundo.	
	03	01			Títulos de participação:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
	10			Resto do mundo.	
04	01			Empréstimos a curto prazo:	
	01			Sociedades e quase soc. não financeiras.	
	02			Instituições financeiras.	
	03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.	
	04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.	
	05			Adm. públicas — Administração regional.	
	06			Adm. públicas — Administração local.	
	07			Adm. públicas — Segurança social.	
	08			Instituições s/ fins lucrativos.	
	09			Famílias.	
10			Resto do mundo.		

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
12	05	01			Empréstimos a médio e longo prazos:
		02			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		03			Instituições financeiras.
		04			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		05			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		06			Adm. públicas — Administração regional.
		07			Adm. públicas — Administração local.
		08			Adm. públicas — Segurança social.
		09			Instituições s/ fins lucrativos.
		10			Famílias.
	06	01			Resto do mundo.
					Outros activos financeiros:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
	09			Famílias.	
	10			Resto do mundo.	
	01				Passivos financeiros:
					Títulos a curto prazo:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
	09			Famílias.	
	10			Resto do mundo.	
	02				Títulos a médio e longo prazos:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
	10			Resto do mundo.	
	03				Empréstimos a curto prazo:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
03				Adm. públicas — Adm. central — Estado.	
04				Adm. públicas — Adm. central — SFA.	
05				Adm. públicas — Administração regional.	
06				Adm. públicas — Administração local.	
07				Adm. públicas — Segurança social.	
08				Instituições s/ fins lucrativos.	
09				Famílias.	
10			Resto do mundo.		
04				Empréstimos a médio e longo prazos:	
	01			Sociedades e quase soc. não financeiras.	
	02			Instituições financeiras.	
	03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.	
	04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.	
	05			Adm. públicas — Administração regional.	
	06			Adm. públicas — Administração local.	
	07			Adm. públicas — Segurança social.	
	08			Instituições s/ fins lucrativos.	
	09			Famílias.	
10			Resto do mundo.		

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
13	05	01			Outros passivos financeiros:
		02			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		03			Instituições financeiras.
		04			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		05			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		06			Adm. públicas — Administração regional.
		07			Adm. públicas — Administração local.
		08			Adm. públicas — Segurança social.
		09			Instituições s/ fins lucrativos.
		10			Famílias. Resto do mundo.
14	01				Outras receitas de capital:
					Saldo da gerência anterior:
		01			Na posse do serviço.
		02			Na posse do Tesouro.
					Outras:
		01			Mais-valias.
15	01	02			Activos incorpóreos.
		99			Outras.
					Recursos próprios da comunidade:
16	01				Recursos próprios da comunidade:
		01			Direitos adunaneiros de importação.
		02			Direitos niveladores agrícolas.
		03			Quotização sobre açúcar e isoglucose.
15	01				Reposições não abatidas nos pagamentos:
		01			Reposições não abatidas nos pagamentos:
16	01				Reposições não abatidas nos pagamentos:
		01			Reposições não abatidas nos pagamentos.
16					Contas de ordem.

ANEXO II

Classificação económica das despesas públicas

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Alínea	Designação
01	01			Despesas correntes
				Despesas com o pessoal:
				Remunerações certas e permanentes:
		01		Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos.
		02		Pessoal dos quadros — Regime de função pública.
		03		Pessoal dos quadros — Regime de contrato individual de trabalho.
		04		Pessoal além dos quadros.
		05		Pessoal contratado a termo.
		06		Pessoal em regime de tarefa ou avença.
		07		Pessoal aguardando aposentação.
		08		Pessoal em qualquer outra situação.
		09		Gratificações.
		10		Representação.
		11		Participações, suplementos e prémios.
		12		Subsídio de refeição.
	13		Subsídio de férias e de Natal.	
	02			Abonos variáveis ou eventuais:
		01		Gratificações variáveis ou eventuais.
		02		Horas extraordinárias.
		03		Alimentação e alojamento.
		04		Ajudas de custo.
		05		Abono para falhas.
06			Suplementos para participação em reuniões.	
07		Formação.		
08		Colaboração técnica e especializada.		
09		Participações, suplementos e prémios.		
10		Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento.		
11		Outros abonos em numerário ou espécie.		

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Alínea	Designação
	03			Segurança social:
		01		Encargos com a saúde.
		02		Subsídio familiar a crianças e jovens.
		03		Subsídio mensal vitalício.
		04		Outras prestações familiares.
		05		Subsídio por morte.
		06		Contribuições para a segurança social.
		07		Acidentes em serviço e doenças profissionais.
		08		Pensões de reserva.
		09		Outras pensões.
		10		Outras despesas de segurança social.
02				Aquisição de bens e serviços:
	01			Bens duradouros:
		01		Construções militares.
		02		Material militar.
		03		Material de secretaria.
		04		Material de cultura.
		05		Artigos de adorno.
		06		Outros bens duradouros.
	02			Bens não duradouros:
		01		Matérias-primas e subsidiárias.
		02		Combustíveis e lubrificantes.
		03		Munições e explosivos.
		04		Limpeza e higiene.
		05		Alimentação — Refeições confeccionadas.
		06		Alimentação — Géneros para confeccionar.
		07		Roupas e calçado.
		08		Consumos de secretaria.
		09		Produtos químicos e farmacêuticos.
		10		Produtos vendidos nas farmácias.
		11		Material de consumo clínico.
		12		Material de transporte — Peças.
		13		Material de consumo hoteleiro.
		14		Outro material — Peças.
		15		Prémios, condecorações e ofertas.
		16		Outros bens não duradouros.
	03			Aquisição de serviços:
		01		Encargos das instalações.
		02		Limpeza e higiene.
		03		Conservação de bens.
		04		Locação de edifícios.
		05		Locação de material de informática.
		06		Locação de material de transporte.
		07		Locação de outros bens.
		08		Comunicações.
		09		Transportes.
		10		Representação dos serviços.
		11		Seguros.
		12		Alojamento.
		13		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria.
		14		Formação.
		15		Seminários, exposições e similares.
		16		Publicidade.
		17		Vigilância e segurança.
		18		Assistência técnica.
		19		Trabalhos especializados.
		20		Utilização de infra-estruturas de transportes.
		21		Meios complementares de diagnóstico e terapêutica.
		22		Outros serviços.
03				Juros e outros encargos:
	01			Juros da dívida pública:
		01		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		02		Instituições financeiras.
		03		Administrações públicas.
		04		Instituições sem fins lucrativos.
		05		Famílias.
		06		Resto do mundo — UE.
		07		Resto do mundo — Países terceiros.

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Alínea	Designação
	02	01		Outros encargos correntes da dívida: Despesas diversas.
	03	01 02 03 04 05 06 07 08		Juros de locação financeira: Terrenos. Habitações. Edifícios. Construções diversas. Material de transporte. Material de informática. Maquinaria e equipamento. Outros investimentos.
	04	01 02		Juros tributários: Indemnizatórios. Outros.
04	01	01 02 03 04 05 06		Transferências correntes: Administrações públicas: Administração central — Estado. Administração central — SFA. Administração regional. Administração local — Continente. Administração local — Regiões Autónomas. Segurança social.
	02	01		Instituições sem fins lucrativos: Instituições sem fins lucrativos.
	03	01		Famílias: Famílias.
	04	01 02 03		Resto do mundo: União Europeia — Instituições. União Europeia — Países membros. Países terceiros e org. internacionais.
05	01	01 02		Subsídios: Sociedades e quase sociedades não financeiras: Públicas. Privadas.
	02	01 02 03		Instituições financeiras: Instituições de crédito. Empresas de seguros. Outras.
	03	01		Famílias: Empresas individuais.
06	01	01		Outras despesas correntes: Dotação provisional: Dotação provisional.
	02	01 02 03		Diversas: Activos incorpóreos. Impostos. Diversas.
07	01	01 02 03 04 05 06 07 08 09 10		Despesas de capital Aquisição de bens de capital: Investimentos: Terrenos. Habitações. Edifícios. Construções diversas. Melhoramentos fundiários. Material de transporte. Material de informática. Software informático. Maquinaria e equipamento. Outros investimentos.

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Alínea	Designação
	02			<p>Locação financeira:</p> <p>01 Terrenos — Locação financeira.</p> <p>02 Habitações — Locação financeira.</p> <p>03 Edifícios — Locação financeira.</p> <p>04 Construções diversas — Locação financeira.</p> <p>05 Material de transporte — Locação financeira.</p> <p>06 Material de informática — Locação financeira.</p> <p>07 Maquinaria e equipamento — Locação financeira.</p> <p>08 Outros investimentos — Locação financeira.</p>
08				<p>Transferências de capital:</p> <p>01 Sociedades e quase sociedades não financeiras:</p> <p>01 Públicas.</p> <p>02 Privadas.</p> <p>02 Instituições financeiras:</p> <p>01 Instituições de crédito.</p> <p>02 Empresas de seguros.</p> <p>03 Outras.</p> <p>03 Administrações públicas:</p> <p>01 Administração central — Estado.</p> <p>02 Administração central — SFA.</p> <p>03 Administração regional.</p> <p>04 Administração local — Continente.</p> <p>05 Administração local — Regiões Autónomas.</p> <p>06 Segurança social.</p> <p>04 Instituições sem fins lucrativos:</p> <p>01 Instituições sem fins lucrativos.</p> <p>05 Famílias:</p> <p>01 Famílias.</p> <p>06 Resto do mundo:</p> <p>01 União Europeia — Instituições.</p> <p>02 União Europeia — Países membros.</p> <p>03 Países terceiros e organizações internacionais.</p>
09				<p>Activos financeiros:</p> <p>01 Aumentos de capital.</p> <p>02 Títulos a curto prazo:</p> <p>01 Sociedades e quase sociedades não financeiras.</p> <p>02 Instituições financeiras.</p> <p>03 Administrações públicas — Administração central — Estado.</p> <p>04 Administrações públicas — Administração central — STA.</p> <p>05 Administrações públicas — Administração regional.</p> <p>06 Administrações públicas — Administração local.</p> <p>07 Administrações públicas — Segurança social.</p> <p>08 Instituições sem fins lucrativos.</p> <p>09 Famílias.</p> <p>10 Resto do mundo.</p> <p>03 Títulos a médio e longo prazos:</p> <p>01 Sociedades e quase sociedades não financeiras.</p> <p>02 Instituições financeiras.</p> <p>03 Administrações públicas — Administração central — Estado.</p> <p>04 Administrações públicas — Administração central — STA.</p> <p>05 Administrações públicas — Administração regional.</p> <p>06 Administrações públicas — Administração local.</p> <p>07 Administrações públicas — Segurança social.</p> <p>08 Instituições sem fins lucrativos.</p> <p>09 Famílias.</p> <p>10 Resto do mundo.</p>

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Alínea	Designação	
10	04			Títulos de participação:	
		01		Sociedades e quase sociedades não financeiras.	
		02		Instituições financeiras.	
		03		Administrações públicas — Administração central — Estado.	
		04		Administrações públicas — Administração central — STA.	
		05		Administrações públicas — Administração regional.	
		06		Administrações públicas — Administração local.	
		07		Administrações públicas — Segurança social.	
		08		Instituições sem fins lucrativos.	
		09		Famílias.	
	10		Resto do mundo.		
	05				Empréstimos a curto prazo:
		01			Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Administrações públicas — Administração central — Estado.
		04			Administrações públicas — Administração central — STA.
		05			Administrações públicas — Administração regional.
		06			Administrações públicas — Administração local.
		07			Administrações públicas — Segurança social.
		08			Instituições sem fins lucrativos.
		09			Famílias.
	10			Resto do mundo.	
	06				Empréstimos a médio e longo prazos:
		01			Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Administrações públicas — Administração central — Estado.
		04			Administrações públicas — Administração central — STA.
		05			Administrações públicas — Administração regional.
		06			Administrações públicas — Administração local.
		07			Administrações públicas — Segurança social.
		08			Instituições sem fins lucrativos.
		09			Famílias.
	10			Resto do mundo.	
	07				Outros activos financeiros.
	01			Passivos financeiros:	
	01				Títulos a curto prazo:
01				Sociedades e quase sociedades não financeiras.	
02				Instituições financeiras.	
03				Administrações públicas — Administração central — Estado.	
04				Administrações públicas — Administração central — STA.	
05				Administrações públicas — Administração regional.	
06				Administrações públicas — Administração local.	
07				Administrações públicas — Segurança social.	
08				Instituições sem fins lucrativos.	
09				Famílias.	
10			Resto do mundo.		
02				Títulos a médio e longo prazos:	
	01			Sociedades e quase sociedades não financeiras.	
	02			Instituições financeiras.	
	03			Administrações públicas — Administração central — Estado.	
	04			Administrações públicas — Administração central — STA.	
	05			Administrações públicas — Administração regional.	
	06			Administrações públicas — Administração local.	
	07			Administrações públicas — Segurança social.	
	08			Instituições sem fins lucrativos.	
	09			Famílias.	
10			Resto do mundo.		
03				Empréstimos a curto prazo:	
	01			Sociedades e quase sociedades não financeiras.	
	02			Instituições financeiras.	
	03			Administrações públicas — Administração central — Estado.	
	04			Administrações públicas — Administração central — STA.	
	05			Administrações públicas — Administração regional.	
	06			Administrações públicas — Administração local.	
	07			Administrações públicas — Segurança social.	
	08			Instituições sem fins lucrativos.	
	09			Famílias.	
10			Resto do mundo.		

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Alínea	Designação
	04			Empréstimos a médio e longo prazos:
		01		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		02		Instituições financeiras.
		03		Administrações públicas — Administração central — Estado.
		04		Administrações públicas — Administração central — STA.
		05		Administrações públicas — Administração regional.
		06		Administrações públicas — Administração local.
		07		Administrações públicas — Segurança social.
		08		Instituições sem fins lucrativos.
		09		Famílias.
		10		Resto do mundo.
	05			Outros passivos financeiros.
11				Outras despesas de capital:
	01			Dotação provisional.
	02			Activos incorpóreos.
	03			Diversos.
12				Contas de ordem.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Decreto-Lei n.º 563/99

de 21 de Dezembro

O Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho, extinguiu a Junta Autónoma de Estradas (JAE) e a empresa JAE Construção, S. A., e criou, em sua substituição, os organismos necessários ao planeamento, à construção e à administração da rede nacional de estradas, numa perspectiva de desenvolvimento económico e de exigência de qualidade.

Na reestruturação efectuada, que assentou na criação de um sistema de instituições articuladas entre si, as funções da JAE e da JAE Construção, S. A., são desempenhadas autonomamente por três institutos públicos.

Nesta estrutura, o Instituto para a Construção e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR), tem por objectivo — a desenvolver num quadro de eficaz descentralização — gerir a rede construída, atendendo, em especial, ao conforto e segurança dos utilizadores.

A conservação das estradas é uma actividade eminentemente operativa, que deve ser concretizada por órgãos descentralizados e flexíveis.

Para cumprir tal desiderato, importa adaptar o estatuto do conselho de administração do ICERR, conferindo ao vogal não executivo um estatuto diverso dos outros elementos, de molde a tornar menos restritiva a sua área de recrutamento e, por consequência, a dotar aquele órgão de uma estrutura mais leve e dinâmica.

Aproveita-se, ainda, a oportunidade para proceder a ajustamentos e aperfeiçoamentos pontuais ao Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

O n.º 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

Relações contratuais

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 — Para o ICERR e para o ICOR transitarão, por despacho do ministro da tutela, os direitos e obrigações da Junta Autónoma de Estradas, em concursos abertos e empreitadas, processos de expropriação, trabalhos e serviços contratados ou em curso, de que esta seja parte no âmbito das competências do ICERR e do ICOR, respectivamente.»

Artigo 2.º

O n.º 3 do artigo 8.º dos Estatutos do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, anexo ao Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 8.º

Estatuto dos membros do conselho de administração

- 1 —
- 2 —
- 3 — O presidente, o vice-presidente e os dois vogais executivos exercem as suas funções a tempo inteiro e

estão sujeitos ao regime de incompatibilidades previsto na lei para os titulares dos altos cargos públicos.»

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Setembro de 1999. — *António Manuel de Oliveira Guterres — Jaime José Matos da Gama — António Luciano Pacheco de Sousa Franco — Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho — João Cardona Gomes Cravinho — José Eduardo Vera Cruz Jardim — Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

Promulgado em 2 de Dezembro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 8 de Dezembro de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Decreto-Lei n.º 564/99

de 21 de Dezembro

A carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica encontra-se regulada pelo Decreto-Lei n.º 384-B/85, de 30 de Setembro, e diplomas complementares, inserindo-se nos corpos especiais da saúde instituídos pelo Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho.

A necessidade de um novo estatuto de carreira para estes profissionais, articulando-o com a reformulação do ensino e a sua integração no sistema educativo nacional ao nível do ensino superior politécnico, já decorria do Decreto-Lei n.º 203/90, de 20 de Junho, diploma que veio proceder à aplicação do novo sistema retributivo aos técnicos de diagnóstico e terapêutica.

A subsequente publicação do Decreto-Lei n.º 415/93, de 23 de Dezembro, determinou significativas alterações de ordem curricular e institucional nos estabelecimentos de ensino das áreas em causa, consubstanciando, de igual modo, a evolução verificada no domínio das ciências aplicadas da saúde no âmbito das profissões que compõem a carreira.

O presente diploma visa, neste contexto, dotar a carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica de um estatuto que melhor evidencie o papel dos profissionais no sistema de saúde, como agentes indispensáveis para a melhoria da qualidade e eficácia da prestação de cuidados de saúde, adoptando uma escala salarial adequada aos níveis de formação anteriormente consagrados e a um desempenho profissional que releva de crescente complexidade e responsabilidade.

A alteração pontual da carreira que ora se leva a efeito tem subjacente o reconhecimento da necessidade de uma reestruturação mais aprofundada que compatibilize o respectivo exercício com o processo de reforma do ensino em curso, entretanto reflectido no novo grau académico previsto na Portaria n.º 505-D/99, de 15 de Julho, e que proceda à reavaliação das designações, quer da carreira quer das profissões que a integram, de modo a torná-las mais consentâneas com o seu grau de desenvolvimento.

Do mesmo modo será essencial ter em conta, nessa reestruturação, uma definição de conteúdos funcionais, actualmente regulados pela Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio, manifestamente desactualizados, mas com justificação residual, pelo que se mantêm transitória-mente em vigor.

No que respeita à caracterização das profissões que integram a carreira, e tendo em conta os princípios gerais constantes do Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto, optou-se por inserir neste diploma o conteúdo da lista anexa ao Decreto-Lei n.º 261/93, de 24 de Julho.

Finalmente é de salientar que o desenho correcto do técnico-director não pode alhear-se dos novos modelos de organização hospitalar, consubstanciados nos centros de responsabilidade integrados, devendo ajustar-se a essa realidade.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas e observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º e do n.º 5 do artigo 112.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I

Objecto, âmbito, natureza e estrutura da carreira

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma estabelece o estatuto legal da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica.

Artigo 2.º

Âmbito

1 — O presente diploma aplica-se aos técnicos de diagnóstico e terapêutica providos em lugares dos quadros de pessoal dos estabelecimentos e serviços sob tutela ou dependentes do Ministério da Saúde, incluindo os que se encontrem em regime de instalação.

2 — O disposto no presente diploma é ainda aplicável aos técnicos de diagnóstico e terapêutica de serviços dependentes de outros ministérios, ou dos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos por eles tutelados, em cujos quadros de pessoal se encontre prevista a carreira, bem como às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sem prejuízo das competências dos órgãos próprios.

3 — Mediante diploma próprio, as disposições do presente estatuto podem ser aplicadas ao pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às instituições particulares de solidariedade social.

Artigo 3.º

Natureza e objectivos

1 — A carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica enquadra um conjunto de profissionais detentores de formação especializada de nível superior, sem prejuízo das formações previstas na alínea b) do artigo 14.º do presente diploma.

2 — No desenvolvimento das suas funções, os técnicos de diagnóstico e terapêutica actuam em conformidade

com a indicação clínica, pré-diagnóstico, diagnóstico e processo de investigação ou identificação, cabendo-lhes conceber, planear, organizar, aplicar e avaliar o processo de trabalho no âmbito da respectiva profissão, com o objectivo da promoção da saúde, da prevenção, do diagnóstico, do tratamento, da reabilitação e da reinserção.

3 — A carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica constitui, nos termos da lei, um corpo especial.

Artigo 4.º

Estrutura da carreira

1 — A carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica desenvolve-se pelas categorias de técnico de 2.ª classe, técnico de 1.ª classe, técnico principal, técnico especialista e técnico especialista de 1.ª classe, às quais correspondem funções da mesma natureza e crescente complexidade e responsabilidade.

2 — As escalas indicíarias correspondentes às categorias referidas no n.º 1 são as constantes do anexo I ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

CAPÍTULO II

Exercício profissional

SUBCAPÍTULO I

Profissões e conteúdo funcional

Artigo 5.º

Profissões que integram a carreira

1 — As profissões que integram a carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica e a respectiva caracterização são as seguintes:

- a) Técnico de análises clínicas e de saúde pública — desenvolvimento de actividades ao nível da patologia clínica, imunologia, hematologia clínica, genética e saúde pública, através do estudo, aplicação e avaliação das técnicas e métodos analíticos próprios, com fins de diagnóstico e de rastreio;
- b) Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica — tratamento de tecidos biológicos colhidos no organismo vivo ou morto com observação macroscópica e microscópica, óptica e electrónica, com vista ao diagnóstico anatomopatológico; realização de montagem de peças anatómicas para fins de ensino e formação; execução e controlo das diversas fases da técnica citológica;
- c) Técnico de audiologia — desenvolvimento de actividades no âmbito da prevenção e conservação da audição, do diagnóstico e da reabilitação auditiva, bem como no domínio da funcionalidade vestibular;
- d) Técnico de cardiopneumologia — centra-se no desenvolvimento de actividades técnicas para o estudo funcional e de capacidade anatomofisiopatológica do coração, vasos e pulmões e de actividades ao nível da programação, aplicação de meios de diagnóstico e sua avaliação, bem como no desenvolvimento de acções terapêuticas específicas, no âmbito da cardiologia, pneumologia e cirurgia cardiotorácica;

- e) Dietista — aplicação de conhecimentos de nutrição e dietética na saúde em geral e na educação de grupos e indivíduos, quer em situação de bem-estar quer na doença, designadamente no domínio da promoção e tratamento e da gestão de recursos alimentares;
- f) Técnico de farmácia — desenvolvimento de actividades no circuito do medicamento, tais como análises e ensaios farmacológicos; interpretação da prescrição terapêutica e de fórmulas farmacêuticas, sua preparação, identificação e distribuição, controlo da conservação, distribuição e stocks de medicamentos e outros produtos, informação e aconselhamento sobre o uso do medicamento;
- g) Fisioterapeuta — centra-se na análise e avaliação do movimento e da postura, baseadas na estrutura e função do corpo, utilizando modalidades educativas e terapêuticas específicas, com base, essencialmente, no movimento, nas terapias manipulativas e em meios físicos e naturais, com a finalidade de promoção da saúde e prevenção da doença, da deficiência, de incapacidade e da inadaptação e de tratar, habilitar ou reabilitar indivíduos com disfunções de natureza física, mental, de desenvolvimento ou outras, incluindo a dor, com o objectivo de os ajudar a atingir a máxima funcionalidade e qualidade de vida;
- h) Higienista oral — realização de actividades de promoção da saúde oral dos indivíduos e das comunidades, visando métodos epidemiológicos e acções de educação para a saúde; prestação de cuidados individuais que visem prevenir e tratar as doenças orais;
- i) Técnico de medicina nuclear — desenvolvimento de acções nas áreas de laboratório clínico, de medicina nuclear e de técnica fotográfica com manuseamento de aparelhagem e produtos radioactivos, bem como execução de exames morfológicos associados ao emprego de agentes radioactivos e estudos dinâmicos e cinéticos com os mesmos agentes e com testagem de produtos radioactivos, utilizando técnicas e normas de protecção e segurança radiológica no manuseamento de radiações ionizantes;
- j) Técnico de neurofisiologia — realização de registos da actividade bioeléctrica do sistema nervoso central e periférico, como meio de diagnóstico na área da neurofisiologia, com particular incidência nas patologias do foro neurológico e neurocirúrgico, recorrendo a técnicas convencionais e ou computadorizadas;
- k) Ortopista — desenvolvimento de actividades no campo do diagnóstico e tratamento dos distúrbios da motilidade ocular, visão binocular e anormalias associadas; realização de exames para correção refractiva e adaptação de lentes de contacto, bem como para análise da função visual e avaliação da condução nervosa do estímulo visual e das deficiências do campo visual; programação e utilização de terapêuticas específicas de recuperação e reeducação das perturbações da visão binocular e da subvisão; acções de sensibilização, programas de rastreio e prevenção no âmbito da promoção e educação para a saúde;

- l) Ortoprotésico — avaliação de indivíduos com problemas motores ou posturais, com a finalidade de conceber, desenhar e aplicar os dispositivos necessários e mais adequados à correção do aparelho locomotor, ou à sua substituição no caso de amputações, e de desenvolvimento de acções visando assegurar a colocação dos dispositivos fabricados e respectivo ajustamento, quando necessário;
- m) Técnico de prótese dentária — realização de actividades no domínio do desenho, preparação, fabrico, modificação e reparação de próteses dentárias, mediante a utilização de produtos, técnicas e procedimentos adequados;
- n) Técnico de radiologia — realização de todos os exames da área da radiologia de diagnóstico médico, programação, execução e avaliação de todas as técnicas radiológicas que intervêm na prevenção e promoção da saúde; utilização de técnicas e normas de protecção e segurança radiológica no manuseamento com radiações ionizantes;
- o) Técnico de radioterapia — desenvolvimento de actividades terapêuticas através da utilização de radiação ionizante para tratamentos, incluindo o pré-diagnóstico e *follow-up* do doente; preparação, verificação, assentamento e manobras de aparelhos de radioterapia; actuação nas áreas de utilização de técnicas e normas de protecção e segurança radiológica no manuseamento com radiações ionizantes;
- p) Terapeuta da fala — desenvolvimento de actividades no âmbito da prevenção, avaliação e tratamento das perturbações da comunicação humana, englobando não só todas as funções associadas à compreensão e expressão da linguagem oral e escrita mas também outras formas de comunicação não verbal;
- q) Terapeuta ocupacional — avaliação, tratamento e habilitação de indivíduos com disfunção física, mental, de desenvolvimento, social ou outras, utilizando técnicas terapêuticas integradas em actividades seleccionadas consoante o objectivo pretendido e enquadradas na relação terapeuta/utente; prevenção da incapacidade através de estratégias adequadas com vista a proporcionar ao indivíduo o máximo de desempenho e autonomia nas suas funções pessoais, sociais e profissionais e, se necessário, o estudo e desenvolvimento das respectivas ajudas técnicas, em ordem a contribuir para uma melhoria da qualidade de vida;
- r) Técnico de saúde ambiental — desenvolvimento de actividades de identificação, caracterização e redução de factores de risco para a saúde originados no ambiente, participação no planeamento de acções de saúde ambiental e em acções de educação para a saúde em grupos específicos da comunidade, bem como desenvolvimento de acções de controlo e vigilância sanitária de sistemas, estruturas e actividades com interacção no ambiente, no âmbito da legislação sobre higiene e saúde ambiental.

2 — O elenco das profissões integradas na carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica fixado pelo número anterior pode ser alterado por portaria conjunta do Ministro da Saúde e do membro do Governo que

tiver a seu cargo a Administração Pública, de acordo com as necessidades do sector e da evolução no domínio das ciências aplicadas da saúde.

Artigo 6.º

Conteúdo funcional

1 — A carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica reflecte a diferenciação e qualificação profissionais inerentes ao exercício das funções próprias de cada profissão, devendo aquelas ser exercidas com plena responsabilidade profissional e autonomia técnica, sem prejuízo da inter-complementaridade ao nível das equipas em que se inserem.

2 — O técnico de diagnóstico e terapêutica desenvolve a sua actividade no âmbito da prestação de cuidados e da gestão, competindo-lhe, designadamente:

- a) Planejar, recolher, seleccionar, preparar e aplicar os elementos necessários ao desenvolvimento normal da sua actividade profissional;
- b) Recolher os meios e prestar os serviços e cuidados de saúde necessários à prevenção da doença, à manutenção, à defesa e à promoção do bem-estar e qualidade de vida do indivíduo e da comunidade;
- c) Prestar cuidados directos de saúde, necessários ao tratamento e reabilitação do doente, por forma a facilitar a sua reintegração no respectivo meio social;
- d) Preparar o doente para a execução de exames, assegurando a sua vigilância durante os mesmos, bem como no decurso do respectivo processo de diagnóstico, tratamento e reabilitação, por forma a garantir a eficácia e efectividade daqueles;
- e) Assegurar, através de métodos e técnicas apropriados, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação do doente, procurando obter a participação esclarecida deste no seu processo de prevenção, cura, reabilitação ou reinserção social;
- f) Assegurar, no âmbito da sua actividade, a oportunidade, a qualidade, o rigor e a humanização dos cuidados de saúde;
- g) Assegurar a gestão, aprovisionamento e manutenção dos materiais e equipamentos com que trabalha, participando nas respectivas comissões de análise e escolha;
- h) Assegurar a elaboração e a permanente actualização dos ficheiros dos utentes do seu sector, bem como de outros elementos estatísticos, e assegurar o registo de exames e tratamentos efectuados;
- i) Integrar júris de concursos;
- j) Articular a sua actuação com outros profissionais de saúde, para a prossecução eficaz dos cuidados de saúde;
- k) Zelar pela formação contínua, pela gestão técnico-científica e pedagógica dos processos de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional, bem como pela conduta deontológica, tendo em vista a qualidade da prestação dos cuidados de saúde;
- l) Avaliar o desempenho dos profissionais da carreira e colaborar na avaliação de outro pessoal do serviço;
- m) Desenvolver e ou participar em projectos multidisciplinares de pesquisa e investigação;

- n) Assegurar a gestão operacional da profissão no serviço em que está inserido.

3 — O técnico de diagnóstico e terapêutica pode ainda:

- a) Integrar órgãos de gestão ou direcção, nos termos da legislação aplicável;
- b) Integrar equipas técnicas responsáveis pelo processo de instalação de novos serviços;
- c) Ministar o ensino das tecnologias da saúde e ou orientar estágios profissionais no âmbito da sua profissão.

4 — O técnico de diagnóstico e terapêutica terá acesso aos dados clínicos e outros relativos aos utentes que lhe forem confiados, necessários ao correcto exercício das suas funções, com sujeição ao sigilo profissional.

Artigo 7.º

Funções das categorias

1 — Compete ao técnico de 2.ª classe assegurar a realização das funções previstas no artigo anterior, salvo as que pela sua natureza ou complexidade devam competir a outras categorias.

2 — Compete ao técnico de 1.ª classe, para além das funções previstas para o técnico de 2.ª classe:

- a) Participar em grupos de trabalho que visem a elaboração de estudos relacionados com o aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de trabalho específicos da respectiva profissão;
- b) Apoiar a integração e acompanhar o desenvolvimento do exercício dos técnicos de 2.ª classe.

3 — Compete ao técnico principal, para além do referido nos números anteriores:

- a) Propor a elaboração de estudos, no âmbito da sua profissão, tendentes ao aperfeiçoamento qualitativo das técnicas e tecnologias a utilizar;
- b) Avaliar as necessidades de formação e aperfeiçoamento, no âmbito de novas técnicas ou tecnologias, propondo as medidas a tomar para a consecução dos respectivos objectivos;
- c) Avaliar as necessidades dos serviços ou organismos a que pertença em matéria conexas com a sua profissão, propondo as medidas a tomar facilitadoras das condições de exercício, do controlo de qualidade e do enquadramento das respectivas actividades;
- d) Promover e dinamizar a avaliação constante das técnicas e tecnologias a utilizar;
- e) Cooperar em programas de investigação sobre matéria relacionada com a respectiva profissão ou actividade.

4 — Compete em especial ao técnico especialista, para além do referido nos números anteriores:

- a) Proceder à selecção, adaptação e controlo de metodologias em fase de experimentação;
- b) Participar no planeamento de actividades para o respectivo serviço;
- c) Proceder à avaliação da eficiência e eficácia da respectiva equipa;
- d) Coadjuvar o técnico especialista de 1.ª classe em matéria de planeamento de actividades,

organização funcional dos serviços e avaliação dos objectivos predefinidos;

- e) Promover a elaboração de estudos e processos de investigação em matéria relativa com a profissão e do inter-relacionamento desta com as restantes profissões do respectivo estabelecimento ou serviço;
- f) Avaliar as actividades, estudos e investigações desenvolvidos, promovendo as correcções, inovações e acções adequadas à continuidade dos respectivos processos.

5 — Compete em especial ao técnico especialista de 1.ª classe, para além do referido nos números anteriores:

- a) O desenvolvimento de projectos de estudo, investigação e formação no âmbito da respectiva profissão;
- b) Emitir pareceres técnico-científicos em matéria da sua profissão, enquadrando-os na organização e planificação do respectivo serviço de saúde;
- c) Integrar comissões especializadas em matéria da respectiva profissão;
- d) Validar os estudos, investigações e programas de formação contínua, no âmbito da sua profissão;
- e) Colaborar na elaboração dos relatórios e programas de actividades do seu serviço.

6 — No caso de não haver técnicos em todas as categorias da carreira, compete ao técnico de categoria mais elevada assegurar a prossecução do previsto no presente artigo.

SUBCAPÍTULO II

Direcção

Artigo 8.º

Técnico-director

1 — Serão criados lugares de técnico-director por profissão, de acordo com regras a definir por despacho conjunto do ministro da tutela e do membro do Governo responsável pela Administração Pública.

2 — Compete ao técnico-director:

- a) Participar na definição da política de saúde e promover a humanização dos serviços a prestar, propondo as medidas adequadas à melhoria sistémica dos cuidados de saúde;
- b) Promover o controlo de qualidade dos serviços prestados, tendo em vista a sua optimização;
- c) Emitir pareceres técnicos e prestar informações e esclarecimentos a solicitação dos órgãos dirigentes máximos dos serviços;
- d) Participar na elaboração do plano e do relatório de exercício dos respectivos serviços;
- e) Articular a sua actividade com os restantes órgãos de direcção do estabelecimento ou serviço;
- f) Supervisionar as funções de coordenação.

Artigo 9.º

Nomeação do técnico-director

1 — O técnico-director é nomeado por despacho do ministro da tutela, sob proposta do órgão máximo do

serviço, de entre técnicos especialistas ou técnicos especialistas de 1.ª classe, detentores do curso de estudos superiores especializados em Ensino e Administração, do curso complementar de Ensino e Administração ou de diploma de estudos pós-graduados em Gestão ou Administração Pública, possuidores do grau de licenciado ou seu equivalente legal.

2 — O técnico-director é nomeado em regime de comissão de serviço pelo período de três anos, renovável por iguais períodos.

3 — A nomeação do técnico-director deve ser precedida de publicitação no *Diário da República* da necessidade do provimento do cargo, dispondo os candidatos do prazo de 10 dias úteis para apresentar as respectivas candidaturas, acompanhadas obrigatoriamente do currículo profissional.

4 — As candidaturas são analisadas pelo conselho técnico previsto no artigo 13.º, desde que este integre pelo menos dois técnicos de diagnóstico e terapêutica com categoria não inferior a técnico especialista, ou por uma comissão composta por três técnicos-directores ou coordenadores, da mesma profissão, e categoria não inferior a técnico especialista, independentemente do serviço ou estabelecimento a que pertençam.

5 — O conselho técnico referido no número anterior procederá à selecção sumária, mediante a discussão dos currículos com os candidatos, da qual elaborará acta donde conste o resultado da selecção devidamente fundamentado, a submeter ao órgão máximo do serviço para efeitos de elaboração da proposta a que se refere o n.º 1.

6 — Os técnicos de diagnóstico e terapêutica nomeados na categoria de técnico-director são remunerados pelo índice 235 ou 270, conforme detenham, na categoria de origem, índice inferior ou superior ao 215, respectivamente, da escala salarial constante do anexo I ao presente diploma.

7 — O tempo de serviço prestado em regime de comissão de serviço nos termos do presente artigo é contado para efeitos de progressão na categoria de origem e promoção na carreira.

Artigo 10.º

Cessação da comissão de serviço

1 — A comissão de serviço a que se refere o artigo anterior cessa automaticamente no final do respectivo período caso não seja apresentada, pelo órgão máximo do serviço, proposta de renovação com a antecedência mínima de 60 dias.

2 — A cessação da comissão de serviço no lugar de técnico-director determina, quando do regresso à categoria detida, o posicionamento no índice remuneratório imediatamente superior ao detido na escala salarial.

SUBCAPÍTULO III

Coordenação

Artigo 11.º

Coordenação

1 — A coordenação visa proporcionar a eficiência e a rentabilização da actividade profissional dos técnicos de diagnóstico e terapêutica na prestação dos cuidados de saúde, em interligação com os restantes profissionais que compõem as equipas de saúde, e não prejudica as

competências próprias da estrutura hierárquica da instituição.

2 — Para o exercício das funções de coordenador é designado por despacho do órgão dirigente máximo do serviço ou estabelecimento, e por profissão, o técnico de categoria mais elevada, não inferior a técnico principal, habilitado com o curso de estudos superiores especializados em Ensino e Administração, o curso complementar de Ensino e Administração ou diploma de estudos pós-graduados em áreas de Gestão ou de Administração Pública, conferentes do grau de licenciado ou seu equivalente legal.

3 — As funções de coordenador são exercidas pelo período de quatro anos, prorrogável, mediante confirmação do órgão dirigente máximo do serviço ou estabelecimento, salvo o disposto no n.º 4 do artigo 29.º, desde que não exista outro técnico que nos termos previstos neste artigo deva exercê-las.

4 — Só há lugar ao exercício de funções de coordenação quando existam, pelo menos, quatro técnicos de diagnóstico e terapêutica na respectiva profissão.

5 — Sempre que se verifique que em determinada profissão existem dois ou mais técnicos que satisfaçam os requisitos legais para o exercício das funções de coordenador, a designação é efectuada com recurso aos seguintes factores, por ordem decrescente:

- a) Classificação final obtida no concurso relativo à categoria detida;
- b) Antiguidade na categoria;
- c) Antiguidade na carreira;
- d) Antiguidade no serviço ou instituição.

6 — Os coordenadores são remunerados pelo escalão a que corresponda o índice superior mais aproximado ao da categoria detida da escala salarial constante do anexo I do presente diploma.

7 — A progressão na escala a que se refere o n.º 6 faz-se por módulos de três anos, não podendo ser reportada a data anterior à da entrada em vigor do presente diploma.

8 — O tempo de serviço prestado como coordenador releva para todos os efeitos legais como prestado na categoria de origem.

9 — Compete ao coordenador na área de recursos humanos:

- a) Contribuir para a definição dos objectivos da sua profissão, em conjunto com a equipa que coordena, em conformidade com os objectivos gerais da instituição;
- b) Coordenar as actividades da equipa, de acordo com os objectivos do respectivo serviço;
- c) Proceder à distribuição do trabalho;
- d) Apoiar tecnicamente as actividades dos profissionais do seu sector, designadamente acolhendo e integrando os técnicos recém-admitidos;
- e) Proceder ao planeamento, controlo e avaliação periódica do exercício e actividades dos técnicos e de outro pessoal afecto ao respectivo sector, sem prejuízo, neste último caso, das competências das respectivas chefias;
- f) Promover reuniões periódicas com os elementos da sua profissão, de modo a identificar problemas, detectar carências e propor soluções adequadas;

- g) Elaborar pareceres relacionados com a área de actividade que coordena, quer por iniciativa própria, quer por solicitação do director do serviço ou outro órgão da respectiva estrutura hierárquica;
- h) Prestar informações e esclarecimentos aos órgãos da estrutura hierárquica da instituição;
- i) Participar nos processos de concursos, integrando os júris ou indigitando profissionais para o efeito, bem como na avaliação do desempenho;
- j) Propor o plano de férias do pessoal do respectivo sector;
- k) Propor os horários de trabalho dos técnicos que coordena, bem como elaborar a escala de serviço e verificar o respectivo cumprimento;
- l) Autorizar a troca de turnos;
- m) Participar na elaboração do plano de acção do serviço, na previsão de orçamentos e no relatório de exercício;
- n) Informar sobre matérias relacionadas com a mobilidade do pessoal técnico, licenças e demais matérias de gestão de idêntica natureza;
- o) Proceder ao levantamento e organização estatística do movimento assistencial do sector e orientar a organização de ficheiros, se necessário;
- p) Zelar pela correcção técnica, rentabilidade e humanização dos cuidados de saúde no respectivo sector;
- q) Participar na acreditação e controlo de qualidade;
- r) Identificar necessidades de formação em geral e promover a formação contínua dos profissionais, participar em acções de formação e analisar os resultados da formação, utilizando os adequados indicadores;
- s) Colaborar na organização de acções de formação de outro pessoal, se necessário, e incentivar acções de investigação e pesquisa no domínio da respectiva profissão.

10 — Compete ao coordenador na área de recursos materiais:

- a) Detectar carências e avaliar os meios materiais já existentes, propondo medidas para a sua melhor rentabilização e eficiência;
- b) Integrar comissões de escolha e recepção de materiais de uso corrente e equipamentos;
- c) Requisitar materiais e equipamentos e assegurar a sua correcta utilização;
- d) Colaborar na organização e planeamento de espaços de trabalho e participar no controlo e segurança nos locais de trabalho e zelar pela manutenção e funcionamento do material e equipamento do serviço.

Artigo 12.º

Subcoordenação

Nos casos em que a estrutura, a dimensão ou a natureza do serviço o justifique e em que existam pelo menos cinco técnicos de diagnóstico e terapêutica, pode o coor-

denador ser coadjuvado por outros técnicos, a quem ele atribui as funções que entenda adequadas.

Artigo 13.º

Conselho técnico

1 — Nos serviços e estabelecimentos com, pelo menos, duas profissões de entre as previstas no artigo 5.º deste diploma é constituído um conselho técnico, ao qual cabe promover a articulação das actividades dos respectivos sectores e ainda emitir pareceres sobre matérias relacionadas com o exercício profissional no âmbito das actividades de diagnóstico e terapêutica.

2 — O conselho técnico integra os técnicos-directores, os coordenadores e os técnicos indigitados para o exercício das funções de coordenador, nos termos do disposto no artigo 82.º

3 — Sempre que em determinada profissão não exista coordenador ou técnico indigitado para o exercício das funções de coordenador, o conselho técnico integra ainda o técnico de diagnóstico e terapêutica da respectiva profissão detentor da categoria mais elevada.

CAPÍTULO III

Ingresso, acesso e progressão

Artigo 14.º

Ingresso

O ingresso na carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica faz-se pela categoria de técnico de 2.ª classe, mediante concurso de avaliação curricular complementada com entrevista profissional de selecção, de entre possuidores das seguintes habilitações:

- a) Curso superior ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou na Escola Superior de Alcoitão, ou seu equivalente legal;
- b) Curso ministrado no âmbito das instituições do ensino superior de medicina dentária, no que se refere às profissões de higienista oral e técnico de prótese dentária;
- c) Curso superior ministrado noutra estabelecimento de ensino superior no âmbito das profissões constantes do artigo 5.º deste diploma, um e outro legalmente reconhecidos.

Artigo 15.º

Acesso

1 — O recrutamento para a categoria de técnico de 1.ª classe faz-se, mediante concurso de avaliação curricular, de entre técnicos de 2.ª classe com, pelo menos, três anos de serviço na categoria e avaliação de desempenho de *Satisfaz*.

2 — O recrutamento para a categoria de técnico principal faz-se, mediante concurso de avaliação curricular, de entre os técnicos de 1.ª classe com, pelo menos, três anos de exercício de funções na categoria e avaliação de desempenho de *Satisfaz*.

3 — O recrutamento para a categoria de técnico especialista faz-se, mediante concurso de provas públicas de

discussão curricular, que consistirá na apreciação e discussão do currículo profissional, de entre técnicos principais com, pelo menos, três anos de exercício de funções na categoria e avaliação de desempenho de *Satisfaz*.

4 — O recrutamento para a categoria de técnico especialista de 1.ª classe faz-se, mediante concurso de avaliação curricular e provas públicas de discussão de uma monografia elaborada para o efeito, de entre técnicos especialistas com, pelo menos, três anos de exercício de funções na categoria e avaliação de desempenho de *Satisfaz*.

Artigo 16.º

Escalão de promoção

Na promoção à categoria superior, a integração na respectiva escala indiciária faz-se nos termos seguintes:

- a) Para o escalão 1 dessa categoria;
- b) Para o escalão a que na escala indiciária da categoria para a qual se faz a promoção corresponda o índice superior mais aproximado, se vier já auferindo remuneração igual ou superior à do escalão 1, ou para o escalão seguinte, sempre que a remuneração que caberia em caso de progressão na categoria de origem fosse superior.

Artigo 17.º

Progressão

A progressão faz-se segundo módulos de três anos na categoria, com avaliação de desempenho de *Satisfaz*.

CAPÍTULO IV

Avaliação do desempenho

Artigo 18.º

Caracterização e objectivos

1 — A avaliação do desempenho consiste na avaliação contínua do trabalho desenvolvido pelo técnico de diagnóstico e terapêutica e na correspondente atribuição periódica de uma menção qualitativa.

2 — A avaliação do desempenho, enquanto processo sistemático e periódico de apreciação qualitativa do grau de correcção, humanização e eficácia com que os técnicos de diagnóstico e terapêutica exercem as suas actividades, tem por objectivos:

- a) Contribuir para que o técnico de diagnóstico e terapêutica melhore o seu desempenho, através do conhecimento das suas potencialidades e necessidades;
- b) Contribuir para a valorização do técnico de diagnóstico e terapêutica, de modo a possibilitar a sua progressão e promoção na carreira;
- c) Identificar factores que influenciam o rendimento profissional do técnico de diagnóstico e terapêutica;
- d) Detectar necessidades de formação.

3 — O sistema de avaliação do desempenho é regulamentado por despacho do Ministro da Saúde, nomeadamente nos aspectos relativos ao relatório crítico de actividades e à constituição e funcionamento da comissão técnica.

Artigo 19.º

Relevância

1 — A avaliação do desempenho é obrigatoriamente considerada na progressão e promoção na carreira.

2 — A última menção atribuída é relevante, para todos os efeitos legais, até à atribuição de nova menção.

Artigo 20.º

Menções a atribuir

A avaliação do desempenho exprime-se pelas menções de *Satisfaz* e *Não satisfaz*.

Artigo 21.º

Competência para avaliar

1 — A avaliação do desempenho dos técnicos de diagnóstico e terapêutica é feita por pessoal da respectiva profissão, provido na carreira.

2 — Os técnicos de diagnóstico e terapêutica avaliadores devem possuir categoria superior à do avaliado, ou exercer funções de coordenação ou cargo de chefia, podendo, excepcionalmente, ser designado técnico avaliador de categoria igual à do avaliado.

3 — O técnico-director não está sujeito à avaliação do desempenho.

4 — A avaliação do desempenho dos técnicos de diagnóstico e terapêutica é efectuada:

- a) Pelo técnico com funções de subcoordenação, sempre que exista, como 1.º avaliador, sendo o 2.º avaliador o coordenador ou o técnico indigitado para o exercício das funções de coordenador;
- b) Pelo coordenador, ou o técnico indigitado para o exercício das funções de coordenador, como 1.º avaliador, e pelo respectivo técnico-director, como 2.º avaliador.

5 — Quando não existam dois técnicos avaliadores nas condições previstas no n.º 4, a avaliação poderá ser efectuada por um avaliador único, designado por despacho fundamentado do órgão máximo do estabelecimento ou serviço e desde que respeitados os restantes condicionamentos previstos neste artigo.

6 — Sempre que não seja possível proceder à avaliação do desempenho nas condições previstas nos números anteriores, a avaliação será efectuada por dois avaliadores não pertencentes à carreira, designados por despacho fundamentado do órgão máximo do estabelecimento ou serviço, ouvido o conselho técnico.

7 — Em qualquer das situações previstas no presente artigo, pelo menos um dos avaliadores tem de possuir, no mínimo, um ano de contacto funcional com o avaliado.

Artigo 22.º

Competência para homologar

1 — Compete ao órgão dirigente máximo do estabelecimento ou serviço homologar as avaliações do desempenho.

2 — A homologação deverá ter lugar até 30 de Junho de cada ano.

Artigo 23.º

Da periodicidade e da iniciativa da avaliação

1 — Os técnicos de diagnóstico e terapêutica são obrigatoriamente objecto de avaliação de três em três anos.

2 — Os técnicos de diagnóstico e terapêutica podem, a qualquer momento, requerer a sua avaliação.

Artigo 24.º

Metodologia a utilizar

1 — A avaliação do desempenho inicia-se com uma entrevista de enquadramento dos profissionais a avaliar, na qual são definidos o quadro de funções e responsabilidades, os objectivos gerais e específicos do serviço e os padrões e critérios de avaliação.

2 — A avaliação do desempenho efectiva-se através de:

- a) Entrevistas de apreciação periódicas dos avaliados, efectuadas pelo menos duas vezes em cada ano de exercício, após preenchimento da ficha de auto-avaliação;
- b) Entrevistas periódicas para atribuição de uma menção qualitativa correspondente à avaliação do desempenho referente a um período de três anos e realizadas a cada técnico pelos respectivos avaliadores.

3 — Cada estabelecimento ou serviço deverá, em Janeiro de cada ano, publicitar internamente a lista dos técnicos avaliadores.

4 — A atribuição da menção qualitativa tem por base a análise e discussão de um relatório crítico das actividades desenvolvidas pelo técnico durante o triénio.

5 — Os técnicos avaliadores podem, no caso de não terem tido contacto funcional com o avaliado durante todo o triénio, solicitar a este que comprove as actividades e factos relevantes referidos no relatório crítico.

6 — Para efeitos de atribuição da menção qualitativa, terá lugar uma entrevista efectuada pelos técnicos avaliadores com o técnico avaliado, na qual é discutido o relatório crítico de actividades.

7 — O técnico avaliado deve entregar a cada um dos técnicos avaliadores um exemplar do relatório crítico até 15 de Fevereiro do ano seguinte ao triénio em avaliação.

8 — As entrevistas para atribuição da menção qualitativa terão lugar até 31 de Maio.

9 — A atribuição da menção qualitativa a entregar individualmente aos notados será acompanhada do relatório de avaliação dos avaliadores com a respectiva fundamentação.

10 — A menção qualitativa será registada na página de rosto do relatório crítico de actividades, datada e assinada pelos técnicos avaliadores e pelo técnico avaliado.

11 — O técnico avaliado tomará conhecimento da homologação no prazo de cinco dias úteis após o respectivo despacho.

12 — A página de rosto do relatório crítico de actividades, após cumpridas todas as formalidades do processo de avaliação, fará parte do processo individual do técnico avaliado.

13 — Sem prejuízo das entrevistas periódicas de orientação referidas neste artigo, a primeira atribuição

de menção qualitativa tem lugar após três anos de exercício profissional, ou decorrido este mesmo período de tempo, da última classificação de serviço.

Artigo 25.º

Fichas de avaliação

As fichas de avaliação do desempenho são de modelo único e constituídas por quatro elementos:

- a) Relatório de auto-avaliação;
- b) Relatório do avaliador;
- c) Relatório crítico de actividades;
- d) Ficha de menção qualitativa.

Artigo 26.º

Características do relatório crítico de actividades

O relatório crítico de actividades deve descrever:

- a) As actividades inerentes à categoria profissional do técnico de diagnóstico e terapêutica que mais contribuíram para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, assim como a respectiva justificação;
- b) Os factores que influenciaram o rendimento profissional do técnico de diagnóstico e terapêutica;
- c) As necessidades de formação do técnico de diagnóstico e terapêutica e respectiva justificação;
- d) As expectativas futuras do técnico de diagnóstico e terapêutica relativamente ao desempenho das suas funções.

Artigo 27.º

Comissão técnica

1 — Em todos os serviços e estabelecimentos será constituída uma comissão técnica, órgão de consulta do órgão dirigente máximo, à qual cabe apreciar as reclamações na pendência do processo de avaliação, composta por dois vogais, ambos técnicos de diagnóstico e terapêutica, sendo um representante da administração e um representante dos técnicos avaliados.

2 — Os vogais representantes da administração serão designadas pelo órgão máximo do serviço ou estabelecimento, em número de dois, um efectivo e um suplente, ouvido o técnico-director, quando exista.

3 — Os vogais representantes dos técnicos, em número de dois, um efectivo e um suplente, serão eleitos durante o mês de Dezembro pelos técnicos de diagnóstico e terapêutica avaliados.

4 — O mandato da comissão técnica é de três anos e inicia-se no dia 1 de Janeiro do ano imediato ao da sua constituição, podendo prolongar-se, se necessário, para conclusão de processos já iniciados.

5 — Os relatórios e pareceres da comissão técnica deverão ser presentes ao órgão dirigente máximo do estabelecimento ou serviço até 10 dias úteis após a recepção da reclamação do interessado.

Artigo 28.º

Reclamação e recurso

1 — O técnico de diagnóstico e terapêutica avaliado dispõe do prazo de cinco dias úteis para apresentação

aos avaliadores de reclamação escrita, com indicação dos factos que julgue necessários para fundamentar a revisão da avaliação.

2 — Os técnicos de diagnóstico e terapêutica avaliadores devem decidir da reclamação no prazo de cinco dias úteis contado da data em que foi recebida a reclamação.

3 — O técnico de diagnóstico e terapêutica avaliado pode, nos cinco dias úteis subsequentes à data em que tomou conhecimento da decisão dos avaliadores, requerer ao órgão máximo do estabelecimento ou serviço que o seu processo seja submetido a parecer da comissão técnica, devendo indicar os factos que julgue necessários à fundamentação do seu pedido.

4 — Sempre que o parecer da comissão técnica for discordante da menção qualitativa atribuída pelos avaliadores, cabe ao órgão dirigente máximo decidir da menção a atribuir, mediante despacho fundamentado, até 30 de Junho.

5 — O órgão dirigente máximo do estabelecimento ou serviço só pode homologar as menções qualitativas atribuídas após decorridos os prazos de reclamação para os técnicos de diagnóstico e terapêutica avaliadores e para solicitação de parecer da comissão técnica.

6 — Do despacho de homologação cabe recurso para o ministro da tutela, a interpor no prazo de 10 dias úteis a contar do conhecimento da homologação, devendo ser proferida decisão no prazo de 90 dias contado da interposição do recurso.

7 — A decisão é passível de recurso contencioso, nos termos da lei geral.

Artigo 29.º

Efeitos da menção qualitativa de *Não Satisfaz*

1 — A menção qualitativa de *Não satisfaz* depende da verificação de uma das seguintes situações:

- a) Deficiente desempenho do conteúdo funcional da respectiva categoria profissional, mediante adequada fundamentação;
- b) Insuficiente ou deficiente relacionamento com o utente, família, grupos ou comunidade e pessoal do respectivo local de trabalho, mediante factos devidamente comprovados.

2 — A atribuição da menção de *Não satisfaz* é comunicada por escrito ao avaliado, constando dela os seus fundamentos.

3 — A atribuição da menção de *Não satisfaz* determina que não seja considerado o período a que respeita, para efeitos de progressão e promoção na carreira.

4 — A atribuição da menção de *Não satisfaz* constitui fundamento para a proposta de cessação do regime de horário acrescido e da cessação do exercício de funções de coordenação.

Artigo 30.º

Suprimento da avaliação

Para efeitos de promoção na carreira, a falta de atribuição de menção qualitativa será suprida por adequada

ponderação do currículo profissional na parte correspondente ao período não avaliado pelo respectivo júri do concurso de acesso.

Artigo 31.º

Confidencialidade do processo

O processo de avaliação do desempenho é confidencial para os intervenientes com excepção do técnico avaliado, sob pena de procedimento disciplinar.

CAPÍTULO V

Concursos

Artigo 32.º

Definições

1 — O recrutamento consiste no conjunto de operações tendentes à satisfação das necessidades de pessoal da carreira regulada pelo presente diploma, bem como à satisfação das expectativas profissionais do mesmo pessoal, criando condições para o acesso no próprio estabelecimento ou serviço ou em estabelecimento ou serviço diferente.

2 — A selecção de pessoal consiste no conjunto de operações que, enquadradas no processo de recrutamento e mediante a utilização de métodos e técnicas adequados, permitem avaliar e classificar os candidatos segundo as aptidões e capacidades indispensáveis para o exercício das tarefas e responsabilidades próprias dos técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Artigo 33.º

Princípios e garantias

1 — O processo de concurso obedece aos princípios de liberdade de candidatura, de igualdade de condições e de igualdade de oportunidades para todos os candidatos.

2 — Para respeito dos princípios referidos no número anterior, são garantidos:

- a) A neutralidade da composição do júri;
- b) A divulgação atempada dos métodos de selecção a utilizar e do sistema de classificação final;
- c) A aplicação de métodos e critérios objectivos de avaliação;
- d) O direito de recurso.

Artigo 34.º

Tipos de concursos

1 — O concurso pode classificar-se, quanto à origem dos candidatos, em concurso externo ou interno, consoante seja aberto a todos os indivíduos ou apenas aberto a funcionários.

2 — O concurso pode ainda classificar-se, quanto à natureza das vagas, em concurso de ingresso ou de acesso, consoante vise o preenchimento de lugares da categoria de base ou o preenchimento de lugares das categorias intermédias e de topo da carreira.

3 — O concurso interno de acesso pode revestir as seguintes modalidades:

- a) Concurso interno de acesso geral, quando aberto a todos os funcionários, independentemente do estabelecimento ou serviço a que pertençam;
- b) Concurso interno de acesso limitado, quando se destine apenas a funcionários pertencentes ao estabelecimento ou serviço para o qual é aberto o concurso;
- c) Concurso interno de acesso misto, quando se prevejam duas quotas destinadas, respectivamente, a funcionários pertencentes ao estabelecimento ou serviço para o qual o concurso é aberto e a funcionários que a ele não pertençam.

Artigo 35.º

Lugares a preencher

O concurso destina-se:

- a) Ao preenchimento de todos ou alguns dos lugares vagos existentes à data da sua abertura;
- b) Ao preenchimento dos lugares vagos existentes e dos que vierem a vagar até ao termo do prazo de validade;
- c) Ao preenchimento dos lugares vagos existentes e dos que vierem a vagar até um número limite previamente fixado no aviso de abertura, desde que este número se verifique até ao termo do prazo de validade;
- d) À constituição de reservas de recrutamento, com vista à satisfação de necessidades previsionais de pessoal, no caso de não existirem vagas à data da sua abertura, mas no pressuposto de que estas ocorrerão até ao termo do prazo de validade.

Artigo 36.º

Condições de abertura de concursos de acesso

1 — Quando o número de lugares vagos existentes no quadro de pessoal seja igual ou inferior ao número de funcionários do serviço em condições de se candidatarem, a entidade competente para autorizar a abertura de concurso de acesso pode optar entre o concurso interno geral e o limitado.

2 — Quando o número de lugares vagos existentes no quadro de pessoal seja superior ao número de funcionários do serviço em condições de se candidatarem, a entidade competente para autorizar a abertura do concurso de acesso pode optar entre o concurso interno geral e o misto.

3 — No caso de a entidade competente optar pela realização do concurso misto, deve, no despacho que autoriza a abertura do concurso, fixar as quotas a que se refere a alínea c) do n.º 3 do artigo 34.º

4 — O número de lugares vagos mencionados nos números anteriores releva apenas para a determinação da modalidade de concurso a utilizar, independentemente do número de lugares que seja posto a concurso.

5 — Sempre que os lugares se encontrem totalmente preenchidos, nas situações de dotação global, os concursos de acesso são circunscritos aos funcionários do respectivo serviço.

6 — Os concursos abertos nos termos do número anterior obedecem ao procedimento do concurso limitado.

Artigo 37.º

Competência

A abertura do concurso é autorizada por despacho do órgão dirigente máximo do estabelecimento ou serviço competente para a sua realização.

Artigo 38.º

Prazo

1 — O prazo de validade do concurso é de um ano, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do presente artigo.

2 — Até ao decurso do prazo, os lugares postos a concurso ficam cativos, independentemente da data do respectivo provimento.

3 — O prazo de validade é contado da data da publicação da lista de classificação final.

4 — O concurso aberto apenas para as vagas existentes caduca com o respectivo preenchimento.

Artigo 39.º

Designação do júri

Os membros do júri são designados pela entidade com competência para autorizar a abertura do concurso, sob proposta do técnico-director, quando exista, do coordenador da profissão respectiva ou do técnico indigitado para exercer as funções de coordenador, pela ordem indicada.

Artigo 40.º

Composição do júri

1 — O júri é composto por um presidente e dois vogais efectivos, designados de entre técnicos integrados na carreira, pertencentes ao próprio estabelecimento ou serviço, da profissão a que respeita o concurso, salvo em situações devidamente justificadas.

2 — O despacho constitutivo do júri designará, para as situações de falta ou impedimento, o vogal efectivo que substituirá o presidente, bem como vogais suplentes em número igual ao dos efectivos.

3 — A composição do júri pode ser alterada por motivos ponderosos e devidamente fundamentados, nomeadamente em caso de falta de quórum.

4 — No caso previsto no número anterior, o novo júri dará continuidade às operações do concurso, assume integralmente os critérios definidos e aprova o processado.

5 — Nenhum dos membros do júri pode ter categoria inferior à categoria para que é aberto o concurso, excepto no caso de exercer cargo dirigente.

6 — O presidente do júri deve possuir obrigatoriamente categoria superior à categoria para que é aberto o concurso, excepto no caso de exercer cargo dirigente.

7 — O júri é constituído unicamente por pessoal da carreira e da profissão a que respeitam os lugares a preencher.

8 — Não sendo possível constituir o júri, total ou parcialmente, com técnicos de diagnóstico e terapêutica nos termos dos números anteriores, a designação pode recair em técnico de diagnóstico e terapêutica dessa profissão do quadro de outro estabelecimento ou serviço.

9 — Nos casos de comprovada impossibilidade de constituição do júri nos termos dos números anteriores, designadamente com fundamento na inexistência de profissionais nas condições exigidas, poderão ser designados funcionários das carreiras médicas, da carreira de técnico superior de saúde e da carreira técnica superior que exerçam funções em área funcional afim da correspondente ao lugar posto a concurso.

10 — A designação como membro do júri de pessoal alheio ao estabelecimento ou serviço interessado não depende de autorização do órgão dirigente do serviço de origem, devendo os eventuais encargos, com deslocações ou outros, ser suportados pela entidade que realiza o concurso.

Artigo 41.º

Prevalência das funções de júri

Ressalvadas as situações de urgência, o exercício de tarefas próprias de membro do júri prevalece sobre todas as outras tarefas, incorrendo os seus membros em responsabilidade disciplinar quando não cumpram, injustificadamente, os prazos previstos no presente diploma ou não procedam com a celeridade adequada à natureza do procedimento de recrutamento e selecção.

Artigo 42.º

Competência do júri

1 — O júri é responsável por todas as operações do concurso.

2 — O júri pode solicitar aos serviços a que pertençam os candidatos os elementos considerados necessários, designadamente os seus processos individuais.

3 — O júri pode ainda exigir dos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito, fixando-lhes, para o efeito, um prazo máximo de oito dias úteis.

Artigo 43.º

Funcionamento do júri

1 — O júri só pode funcionar quando estiverem presentes todos os seus membros, devendo as respectivas deliberações ser tomadas por maioria sempre por votação nominal.

2 — Das deliberações do júri são lavradas actas contendo os fundamentos das decisões tomadas.

3 — As actas devem ser presentes, em caso de recurso, à entidade que sobre ele tenha que decidir.

4 — O júri é secretariado por um vogal por ele escolhido ou por funcionário a designar para o efeito.

Artigo 44.º

Acesso a actas e documentos

1 — Os interessados têm acesso, nos termos da lei, às actas e aos documentos em que assentam as deliberações do júri.

2 — As certidões ou reproduções autenticadas das actas e dos documentos a que alude o número anterior devem ser passadas no prazo de dois dias úteis, contado da data da entrada do requerimento.

Artigo 45.º

Aviso de abertura do concurso

1 — O concurso é aberto por aviso publicitado nos termos do artigo seguinte, contendo os seguintes elementos:

- a) Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso;
- b) Remuneração e condições de trabalho;
- c) Conteúdo funcional do lugar a prover;
- d) Categoria, carreira, profissão e serviço para que é aberto o concurso, local de prestação de trabalho, tipo de concurso, número de lugares a preencher e prazo de validade;
- e) Composição do júri;
- f) Métodos de selecção a utilizar e sistema de classificação final;
- g) Indicação de que os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas;
- h) Entidade a quem apresentar o requerimento, com o respectivo endereço, prazo de entrega, forma de apresentação, documentos a juntar e demais indicações necessárias à formalização da candidatura;
- i) Local de afixação da relação de candidatos e lista de classificação final;
- j) Menção expressa do presente diploma e de outros que lhe sejam complementares.

2 — Entende-se por sistema de classificação final o conjunto de regras constituído pela média aritmética simples ou ponderada das classificações a atribuir a cada um dos métodos de selecção a utilizar, pelos factores que os integram e respectivos coeficientes de ponderação.

3 — Nos avisos de abertura de concursos internos de acesso é dispensada a referência aos elementos previstos nas alíneas b) e c).

Artigo 46.º

Publicitação

1 — Salvo o disposto no número seguinte, o aviso de abertura é publicado no *Diário da República*, 2.ª série, sendo ainda publicado em órgão de imprensa de expansão nacional um anúncio contendo apenas a referência ao serviço, à categoria e ao *Diário da República* em que o aviso se encontra publicado.

2 — No concurso limitado o aviso de abertura é apenas afixado nos locais a que tenham acesso os funcionários que reúnam as condições de admissão e, na mesma data, notificado por ofício registado ou outro meio adequado aos funcionários que, por motivos fundamentados, estejam ausentes das instalações do serviço.

3 — Nos concursos mistos há lugar a ambas as formas de publicitação previstas nos números anteriores.

Artigo 47.º

Requisitos de admissão gerais e especiais

1 — Só podem ser admitidos a concurso os candidatos que satisfaçam os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas, bem como os

requisitos especiais legalmente exigidos para o provimento dos lugares a preencher.

2 — São requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo;
- c) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- e) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

3 — Os candidatos devem reunir os requisitos referidos nos números anteriores até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

Artigo 48.º

Requerimento de admissão

1 — A apresentação a concurso é efectuada por requerimento acompanhado dos demais documentos exigidos no aviso.

2 — O requerimento e os documentos referidos no número anterior são apresentados até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, sendo entregues pessoalmente ou pelo correio, com aviso de recepção, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

3 — Os estabelecimentos ou serviços interessados podem optar pela utilização de requerimento modelo tipo, a utilizar obrigatoriamente pelos candidatos, quando o número elevado de candidaturas o justifique, devendo esta opção ser expressamente mencionada no aviso de abertura.

4 — No caso previsto no número anterior, o requerimento é posto à disposição dos interessados pelo serviço para o qual é aberto o concurso.

5 — Na entrega pessoal do requerimento de admissão é obrigatória a passagem de recibo.

Artigo 49.º

Documentos

1 — Os candidatos devem apresentar os documentos comprovativos da titularidade dos requisitos especiais legalmente exigidos para o provimento dos lugares a preencher.

2 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, não é exigida a apresentação de documentos comprovativos dos requisitos gerais de provimento em funções públicas, bastando a declaração dos candidatos sob compromisso de honra no próprio requerimento.

3 — Nos concursos externos as habilitações profissionais são comprovadas pelo respectivo certificado ou outro documento idóneo.

4 — Os estabelecimentos ou serviços deverão emitir a documentação exigível para admissão a concurso dentro do prazo estabelecido para apresentação das candidaturas, desde que requerida com uma antecedência mínima de três dias úteis.

5 — Quando se trate de concurso limitado, as declarações comprovativas da titularidade dos requisitos men-

cionados no n.º 1 são officiosamente entregues ao júri pelo respectivo serviço de pessoal, sendo dispensada a entrega de documentos comprovativos que se encontrem arquivados no processo individual.

6 — O disposto no número anterior é aplicável aos concursos mistos, no que se refere aos funcionários do próprio estabelecimento ou serviço.

7 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigíveis nos termos do presente diploma e constantes do aviso de abertura determina a exclusão do concurso.

Artigo 50.º

Prazo

1 — A entidade competente para autorizar a abertura do concurso fixa em cada caso, no aviso de abertura, o prazo para apresentação de candidaturas, dentro dos prazos seguintes:

- a) 20 dias úteis para concursos externos;
- b) 15 dias úteis para concursos internos gerais e mistos;
- c) 10 dias úteis para os concursos limitados.

2 — O prazo é contado da data da publicação do aviso de abertura no *Diário da República*, ou da respectiva afixação, quando se trate de concurso limitado.

3 — Sem prejuízo do disposto no artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo a que se refere o n.º 1, relativamente ao pessoal que se encontra ausente das instalações do serviço, por motivos fundamentados, conta-se da data do registo do ofício, respeitadas a dilação de três dias.

Artigo 51.º

Verificação dos requisitos de admissão

1 — Terminado o prazo para apresentação de candidaturas, o júri procede à verificação dos requisitos de admissão no prazo máximo de 15 dias úteis.

2 — Após a conclusão do procedimento previsto no artigo seguinte, ou, não havendo candidatos excluídos, no termo do prazo fixado no n.º 1, é afixada no serviço uma relação dos candidatos admitidos.

Artigo 52.º

Exclusão de candidatos

1 — Os candidatos que devam ser excluídos são notificados, no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, para, no prazo de 10 dias úteis, dizerem por escrito o que se lhes oferecer.

2 — A notificação contém o enunciado sucinto dos fundamentos da intenção de exclusão, sendo efectuada:

- a) Por ofício registado, quando o número de candidatos a excluir seja inferior a 100;
- b) Através de publicação de aviso no *Diário da República*, 2.ª série, quando o número de candidatos a excluir for igual ou superior a 100;
- c) Pessoalmente, quando todos os candidatos a excluir se encontrem no serviço.

3 — O prazo para o exercício do direito de participação dos interessados conta-se nos termos do artigo 66.º do presente diploma.

4 — Não é admitida a junção de documentos que pudessem ter sido apresentados dentro do prazo previsto para entrega de candidaturas.

5 — Terminado o prazo para o exercício do direito de participação dos interessados, o júri aprecia as alegações oferecidas e, caso mantenha a decisão de exclusão, notifica todos os candidatos excluídos, de acordo com o estabelecido no n.º 2, indicando nessa notificação o prazo de interposição de recurso hierárquico e o órgão competente para apreciar a impugnação do acto, como previsto no n.º 1 do artigo 66.º do presente diploma.

Artigo 53.º

Convocação dos candidatos admitidos

1 — Os candidatos admitidos são convocados para realização dos métodos de selecção através das formas de notificação previstas no Código do Procedimento Administrativo que se revelem mais adequadas.

2 — A aplicação dos métodos de selecção tem início no prazo máximo de 20 dias úteis contado da data da afixação da relação de candidatos admitidos ou da notificação de exclusão a que se refere o n.º 5 do artigo anterior.

Artigo 54.º

Métodos de selecção

No concurso são utilizados os seguintes métodos de selecção:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista profissional de selecção;
- c) Provas públicas de discussão curricular;
- d) Provas públicas de discussão de monografia.

Artigo 55.º

Avaliação curricular

1 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

2 — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função:

- a) A habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
- b) A nota final do curso de formação;
- c) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com as profissões a que respeitam os lugares postos a concurso, desde que promovidas por entidades públicas ou organizadas com a participação destas;
- d) A experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na profissão a que se refere o concurso, bem como outras capacitações adequadas, com avaliação da sua natureza e duração;
- e) O desempenho de actividades e a realização de trabalhos profissionais relevantes.

Artigo 56.º

Entrevista profissional de selecção

1 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

2 — Por cada entrevista profissional de selecção é elaborada uma ficha individual, contendo o resumo dos assuntos abordados, os parâmetros relevantes e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada.

3 — A entrevista profissional de selecção não pode ter ponderação igual ou superior à da avaliação curricular.

Artigo 57.º

Provas públicas de discussão curricular

1 — As provas públicas de discussão curricular para acesso à categoria de técnico especialista consistem na apreciação e discussão do currículo profissional do candidato e visam determinar a competência profissional e ou científica do mesmo, tendo como referência o perfil de exigências profissionais, genéricas e específicas, do lugar a que se refere o concurso.

2 — A prova pública de discussão curricular tem a duração máxima de sessenta minutos, incluindo até quinze minutos iniciais destinados ao candidato para exposição do seu currículo profissional.

Artigo 58.º

Prova pública de discussão de monografia

1 — A prova pública de discussão de monografia para acesso à categoria de técnico especialista de 1.ª classe tem por objectivo avaliar a capacidade dos candidatos para o exercício de funções de estudo e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, no âmbito das funções dessa categoria.

2 — A prova pública de discussão de monografia tem a duração máxima de noventa minutos, incluindo até trinta minutos iniciais destinados ao candidato para fundamentação da mesma.

Artigo 59.º

Classificação final

1 — Na classificação final resultante da aplicação dos métodos de selecção é adoptada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9,5 valores.

2 — A classificação final resulta da média aritmética simples ou ponderada das classificações obtidas em todos os métodos de selecção.

3 — Em caso de igualdade de classificação nos concursos internos, preferem, sucessivamente:

- a) O candidato possuidor de habilitação académica mais elevada;
- b) O candidato que detenha melhor pontuação na formação profissional complementar;
- c) O candidato que detenha maior antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, respectivamente;

- d) O candidato que possua melhor nota final no curso exigido para a respectiva profissão;
- e) O candidato que desempenhe funções ou resida fora do município em que se situa o serviço para que é aberto o concurso, desde que neste município ou em município limítrofe desempenhe funções o funcionário ou agente seu cônjuge ou com quem viva em condições análogas às dos cônjuges.

4 — Nos concursos internos gerais, subsistindo ainda igualdade na classificação prefere o candidato do estabelecimento ou serviço interessado.

5 — Nos concursos externos, em caso de igualdade de classificação, preferem, sucessivamente:

- a) O candidato possuidor de habilitação académica mais elevada;
- b) O candidato possuidor de melhor nota final do curso exigido para a respectiva profissão;
- c) O candidato que detenha a melhor pontuação na formação profissional complementar;
- d) O candidato que desempenhe funções ou resida fora do município em que se situa o serviço para que é aberto o concurso, desde que nesse município ou em município limítrofe desempenhe funções o funcionário ou agente seu cônjuge ou com quem viva em condições análogas às dos cônjuges.

6 — Compete ao júri a fixação de outros critérios de preferência, sempre que subsistir igualdade após a aplicação dos critérios referidos nos números anteriores.

Artigo 60.º

Decisão final e participação dos interessados

1 — Terminada a aplicação dos métodos de selecção, o júri elabora, no prazo máximo de 10 dias úteis, a decisão relativa à classificação final e ordenação dos candidatos e procede à respectiva audição no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, notificando-os para, no prazo de 10 dias úteis, contados nos termos do artigo 66.º, dizerem, por escrito, o que se lhes oferecer.

2 — A notificação contém a indicação do local e horários de consulta do processo.

3 — Quando o número de candidatos seja inferior a 100, a notificação é efectuada por ofício registado, sendo enviada a acta do júri que define os critérios de classificação, a sua aplicação ao interessado e o projecto de lista de classificação final.

4 — Quando o número de candidatos seja igual ou superior a 100, a notificação é efectuada através de publicação de aviso no *Diário da República*, 2.ª série, informando os interessados da afixação no serviço da lista de classificação final e da acta que define os respectivos critérios.

5 — Tratando-se de concurso limitado, observa-se o disposto no número anterior, com excepção da publicação no *Diário da República*, sendo ainda enviado ofício aos funcionários que, por motivos fundamentados, estejam ausentes das instalações dos serviços.

6 — No concurso misto aplica-se o disposto nos números anteriores, de acordo com o número e a origem dos candidatos.

7 — Terminado o prazo para o exercício do direito de participação dos interessados, o júri aprecia as alegações

oferecidas e procede à classificação final e ordenação dos candidatos.

Artigo 61.º

Homologação

1 — A acta que contém a lista de classificação final, acompanhada das restantes actas, é submetida a homologação do órgão dirigente máximo do estabelecimento ou serviço, ou do ministro da tutela, quando aquele for membro do júri, no prazo de cinco dias úteis.

2 — A acta a que se refere o número anterior é homologada no prazo máximo de 10 dias úteis.

3 — No concurso misto são elaboradas duas listas de classificação final, correspondentes às quotas a que se refere a alínea c) do n.º 3 do artigo 34.º

4 — Homologada a acta a que se refere o n.º 1, a lista ou listas de classificação final são notificadas aos candidatos, nos termos do disposto no artigo seguinte.

Artigo 62.º

Publicidade

1 — A lista de classificação final é notificada aos candidatos através de:

- a) Envio de ofício registado, com cópia da lista, quando o número de candidatos admitidos for inferior a 100;
- b) Publicação de aviso no *Diário da República*, 2.ª série, informando os interessados da afixação da lista no serviço, quando o número de candidatos for igual ou superior a 100;
- c) Afixação da lista no serviço.

2 — A lista de classificação final contém a graduação dos candidatos e, em anotação sucinta, os motivos de não aprovação, se for caso disso, bem como, quando caiba recurso hierárquico, a indicação do prazo de interposição do mesmo e o órgão competente para a sua apreciação.

3 — No concurso limitado observa-se apenas o disposto na alínea c) do n.º 1, enviando-se ainda cópia da lista aos candidatos que, por motivos fundamentados, estejam ausentes das instalações do serviço.

4 — No concurso misto aplica-se o disposto nos n.ºs 1 e 3, de acordo com o número e a origem dos candidatos.

5 — Quando todos os candidatos se encontrem no serviço, pode ser feita notificação pessoal.

Artigo 63.º

Provimto

1 — Os candidatos aprovados são nomeados segundo a ordenação das respectivas listas de classificação final.

2 — Não podem ser efectuadas quaisquer nomeações antes de decorrido o prazo de interposição do recurso hierárquico de homologação da lista de classificação final ou, sendo interposto, da sua decisão expressa ou tácita.

3 — Os candidatos são notificados por ofício registado para, no prazo máximo de 10 dias úteis, procederem à entrega dos documentos necessários para o provimento que não tenham sido exigidos na admissão a concurso.

4 — O prazo estabelecido no número anterior pode ser prorrogado até 15 dias úteis, em casos excepcionais,

quando a falta de apresentação de documentos dentro do prazo inicial não seja imputável ao interessado.

5—A documentação pode ser enviada, por correio registado, até ao último dia do prazo, relevando neste caso a data do registo.

Artigo 64.º

Redução da lista

São retirados da lista de classificação final os candidatos aprovados que:

- a) Recusem ser providos no lugar a que têm direito de acordo com a sua ordenação;
- b) Não compareçam para posse ou aceitação no prazo legal por motivos que lhes sejam imputáveis;
- c) Apresentem documentos inadequados à prova das condições necessárias para o provimento ou não façam a sua apresentação no prazo fixado;
- d) Apresentem documento falso.

Artigo 65.º

Recurso hierárquico

1—Da exclusão do concurso cabe recurso hierárquico, a interpor no prazo de oito dias úteis para o órgão dirigente máximo ou, se este for membro do júri, para o ministro da tutela.

2—Da homologação da lista de classificação final feita pelo órgão dirigente máximo do serviço cabe recurso hierárquico, com efeito suspensivo, a interpor no prazo de 10 dias úteis para o ministro da tutela.

3—No procedimento de concurso não há lugar a reclamação.

Artigo 66.º

Contagem do prazo

O prazo de interposição do recurso conta-se, consoante o caso:

- a) Da data do registo do ofício contendo os fundamentos da exclusão ou cópia da lista de classificação final, respeitada a dilação de três dias do correio;
- b) Da publicação do aviso no *Diário da República* contendo os fundamentos da exclusão ou a publicitação da lista de classificação final nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 62.º;
- c) Da data de afixação da lista de classificação final no serviço;
- d) Da data da notificação pessoal.

Artigo 67.º

Efeitos do recurso da exclusão do concurso

O recurso da exclusão do concurso não suspende as respectivas operações.

Artigo 68.º

Prazo de decisão

O prazo de decisão do recurso é, em todos os casos, de 15 dias úteis contado da data da remessa do processo pelo órgão recorrido ao órgão competente para dele conhecer, considerando-se o mesmo tacitamente indeferido, com cessação do efeito suspensivo, quando não seja proferida decisão naquele prazo.

Artigo 69.º

Falsidade de documentos

Para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a apresentação de documento falso implica a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

Artigo 70.º

Participação dos interessados

Em tudo o que não se encontrar especialmente previsto no presente diploma relativamente ao direito de participação dos interessados é aplicável o disposto nos artigos 100.º a 105.º do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 71.º

Restituição e destruição de documentos

1—É destruída a documentação apresentada pelos candidatos se a restituição não for solicitada no prazo máximo de um ano após o termo do prazo de validade do respectivo concurso.

2—A documentação apresentada pelos candidatos respeitante a concursos que tenham sido objecto de recurso contencioso só poderá ser destruída ou restituída após a execução da sentença.

Artigo 72.º

Execução de sentença

Para reconstituição da situação actual hipotética decorrente da procedência de recurso contencioso de anulação, o recorrente que adquira o direito ao provimento poderá sempre exigi-lo, ainda que como supranumerário, em lugar a extinguir quando vagar.

Artigo 73.º

Regulamento de concursos

As normas reguladoras dos concursos a que se refere o presente diploma serão definidas por portaria conjunta do Ministro da Saúde e do membro do Governo responsável pela Administração Pública.

CAPÍTULO VI

Regimes de trabalho e condições da sua prestação

Artigo 74.º

Modalidades de regimes de trabalho

1—O regime normal de trabalho dos técnicos de diagnóstico e terapêutica é de trinta e cinco horas semanais.

2—Nos casos em que o funcionamento dos serviços o justifique, os técnicos de diagnóstico e terapêutica podem, com a sua anuência, adoptar uma duração semanal de quarenta e duas horas semanais, designado como regime de horário acrescido, devendo o acréscimo de carga horária semanal ser prestado nos dias de funcionamento normal do serviço.

3—Em condições excepcionalmente autorizadas, caso a caso, por despacho do órgão dirigente máximo do estabelecimento ou serviço, os técnicos de diagnós-

tico e terapêutica podem praticar o regime especial de trabalho de tempo parcial, com a duração de vinte ou quatro horas semanais.

4 — Sem prejuízo do disposto na lei geral, o trabalho prestado em regime de tempo parcial conta-se proporcionalmente ao número de horas de trabalho por semana, para todos os efeitos.

Artigo 75.º

Horário acrescido

1 — O regime de trabalho de horário acrescido de quarenta de duas horas semanais é atribuído sempre que as necessidades dos serviços o exijam, sob proposta do técnico-director, quando exista, e ouvidos os coordenadores da respectiva profissão ou os técnicos com funções de coordenador.

2 — A proposta a que se refere o número anterior cabe ao coordenador ou ao técnico com funções de coordenador, sempre que não exista técnico-director.

3 — A aplicação da modalidade de regime de trabalho de horário acrescido é aprovada por despacho ministerial, sob proposta fundamentada do órgão dirigente máximo do estabelecimento ou serviço, tendo como limite, salvo em casos excepcionais, 30% do número total dos lugares de técnico de diagnóstico e terapêutica previsto no respectivo quadro, seleccionados mediante critérios estabelecidos previamente por aquele órgão dirigente.

4 — Em casos excepcionais, mediante proposta fundamentada do órgão dirigente máximo, pode, por despacho ministerial, ser ultrapassada a percentagem referida no número anterior.

5 — A afectação ao regime de trabalho de horário acrescido carece da anuência, por escrito, do técnico de diagnóstico e terapêutica.

6 — À modalidade de regime de trabalho de horário acrescido corresponde um acréscimo remuneratório de 37% da remuneração base, cuja percepção só é devida em condições de prestação de trabalho efectivo, ou equiparado, o qual releva para efeitos de subsídios de férias e de Natal.

7 — O regime de trabalho previsto neste artigo confere direito ao acréscimo de 25% no tempo de serviço para efeitos de aposentação, sendo o correspondente acréscimo salarial considerado nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º do Estatuto da Aposentação.

8 — O regime de horário acrescido pode ser feito cessar por despacho do órgão dirigente máximo do estabelecimento ou serviço, observado um pré-aviso de 60 dias, nos seguintes casos:

- a) Com fundamento em deficiente cumprimento das obrigações por parte do técnico de diagnóstico e terapêutica;
- b) Quando haja alteração da sua situação funcional;
- c) Quando não subsistirem as necessidades que determinaram a aplicação do regime.

9 — Os técnicos de diagnóstico e terapêutica podem requerer a cessação do regime de horário acrescido, a apresentar com a antecedência mínima de 90 dias, podendo ser autorizada a antecipação da cessação daquele regime em casos excepcionais, mediante requerimento fundamentado do interessado.

10 — Aos técnicos de diagnóstico e terapêutica com idade superior a 55 anos que venham praticando o regime de horário acrescido, ininterruptamente, há, pelo menos, cinco anos, será concedida, se a requererem, redução de uma hora em cada ano, no horário de trabalho semanal, até que o mesmo perfaça as trinta e cinco horas, sem perda de regalias.

Artigo 76.º

Organização e prestação de trabalho

1 — A semana de trabalho é, em regra, de cinco dias.

2 — O período normal de trabalho diário tem a duração de sete horas.

3 — Em função das condições e necessidades dos serviços, poderão ser delimitados períodos de prestação normal de trabalho em serviço de urgência, até ao limite máximo de doze horas semanais, bem como ser adoptadas modalidades de horário de trabalho previstas na lei geral.

4 — Sempre que o trabalho esteja organizado por turnos, a aferição da duração do trabalho deve reportar-se a um período de quatro semanas, devendo, obrigatoriamente, em cada um desses períodos ser assegurado o descanso, numa das semanas, no sábado e no domingo.

Artigo 77.º

Isenção de horário de trabalho

O técnico-director está isento de horário de trabalho não lhe sendo por isso devida qualquer remuneração por trabalho prestado fora do horário normal.

Artigo 78.º

Intervalos de descanso

1 — Os técnicos de diagnóstico e terapêutica, quando em regime de trabalho por turnos ou jornada contínua, têm o direito a um intervalo de trinta minutos para refeição dentro do próprio estabelecimento ou serviço, que será considerado como trabalho efectivamente prestado.

2 — Os técnicos em regime de jornada contínua têm direito, para além do intervalo a que se refere o número anterior, a dois períodos de descanso, nunca superiores a quinze minutos.

3 — Os períodos de descanso referidos no número anterior não podem coincidir com o início ou o fim da jornada de trabalho.

Artigo 79.º

Condições de risco, penosidade e insalubridade

A aplicação aos profissionais da presente carreira do regime de atribuição de compensações por trabalho prestado em condições de risco, penosidade e insalubridade, previsto no Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de Março, faz-se por diploma próprio.

Artigo 80.º

Formação profissional

Os técnicos de diagnóstico e terapêutica têm direito à formação prevista no Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de Março, através da aquisição e do desenvolvimento

de capacidades ou competências adequadas ao respectivo desempenho profissional e à sua valorização pessoal e profissional.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 81.º

Grau de licenciatura

Aos técnicos de diagnóstico e terapêutica detentores do curso complementar de Ensino e Administração, ou do curso de estudos superiores especializados em Ensino e Administração, com equivalência ao grau de licenciado, é reconhecido o direito ao escalão seguinte ao que venham a adquirir na primeira promoção ocorrida após a entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 82.º

Situações especiais de coordenação

1 — Nos casos de impossibilidade de designação do coordenador de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 11.º, por inexistência de profissionais nas condições nele exigidas, será indigitado o técnico de categoria mais elevada, de categoria não inferior a técnico de 1.ª classe, para o exercício das funções de coordenador.

2 — Sempre que em determinada profissão existam dois ou mais técnicos que possam exercer as funções de coordenador nos termos do número anterior, a indigitação é efectuada com recurso aos seguintes factores, por ordem decrescente:

- a) Posse do curso de estudos superiores especializados em Ensino e Administração ou seu equivalente legal;
- b) Posse do curso complementar de Ensino e Administração;
- c) Classificação final obtida no concurso relativo à categoria detida;
- d) Antiguidade na categoria;
- e) Antiguidade na carreira;
- f) Antiguidade no serviço ou estabelecimento.

3 — As funções a que se reporta o presente artigo são exercidas pelo período de dois anos, prorrogáveis por iguais períodos, mediante confirmação do órgão dirigente máximo do serviço ou estabelecimento, salvo o disposto no n.º 4 do artigo 29.º, e desde que não existam técnicos nas condições previstas no artigo 11.º, ou outros que, nos termos deste artigo, devam ser indigitados.

4 — Ao técnico indigitado para o exercício das funções de coordenador nos termos do presente artigo é atribuído, enquanto no exercício dessas funções, um acréscimo salarial de 10% sobre o valor do índice 100 fixado para a presente carreira.

Artigo 83.º

Salvaguarda de situações existentes

Durante o período transitório de dois anos, os técnicos de diagnóstico e terapêutica que, à data da entrada em vigor deste diploma, se encontrem no exercício de funções de coordenação nos termos da lei mantêm-se no exercício das funções de coordenação previstas no

artigo 11.º, sendo remunerados de acordo com o disposto no n.º 6 desse artigo ou no n.º 4 do artigo 82.º, consoante os casos.

Artigo 84.º

Remuneração dos actuais técnicos-directores

Aos actuais técnicos-directores remunerados pelos índices 220 ou 255 correspondem os índices 235 ou 270, respectivamente, sem prejuízo do faseamento previsto no artigo 86.º

Artigo 85.º

Transição

1 — Os técnicos de diagnóstico e terapêutica transitam na categoria e no escalão actualmente detidos, com excepção do disposto no número seguinte.

2 — Os técnicos de diagnóstico e terapêutica de 2.ª classe posicionados nos escalões 7 e 8 transitam na mesma categoria para o escalão 6.

Artigo 86.º

Aplicação dos novos escalões indiciários

1 — As escalas indiciárias a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º vigoram de acordo com o faseamento previsto nos mapas I a III do anexo II do presente diploma.

2 — Aos técnicos de diagnóstico e terapêutica que se aposentem durante o período de faseamento é garantido o cálculo da pensão de aposentação com base no valor final do índice correspondente ao escalão detido.

Artigo 87.º

Concursos

1 — Até à entrada em vigor da portaria prevista no artigo 73.º, aos concursos que venham a ser abertos a partir da entrada em vigor do presente diploma aplica-se o disposto nos n.ºs 2, 4, 5 e 7 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho.

2 — Mantêm-se em vigor os concursos cujos avisos de abertura se encontrem publicados até à data da entrada em vigor do presente diploma, sendo os candidatos que tenham sido ou venham a ser aprovados nesses concursos providos nas correspondentes categorias, de acordo com as regras de transição previstas no artigo 85.º

3 — As regras relativas a concursos previstas neste diploma não se aplicam aos concursos referidos no número anterior, salvo os casos de reconstituição da situação actual hipotética em sede de execução de sentença.

Artigo 88.º

Alteração de designação das áreas profissionais

1 — As designações de técnico de audiologia, técnico de cardiopneumologia, técnico de neurofisiologia, ortoptista, ortoprotésico e técnico de saúde ambiental entendem-se reportadas, respectivamente, às profissões de técnico de audiometria, técnico de cardiopneumografia, técnico de neurofisiografia, técnico de ortóptica, técnico de ortopróteses e técnico de higiene e saúde ambiental.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se automaticamente alterados os quadros de pessoal dos estabelecimentos e serviços abrangidos pelo presente diploma.

Artigo 89.º

Regulamentação

No prazo de 120 dias a contar da data da entrada em vigor do presente diploma serão publicados os despachos previstos no n.º 1 do artigo 8.º e no n.º 3 do artigo 18.º, bem como a portaria prevista no artigo 73.º

Artigo 90.º

Norma revogatória

Ficam revogados:

- a) O Decreto-Lei n.º 384-B/85, de 30 de Setembro;
- b) O Decreto-Lei n.º 247/88, de 13 de Julho;
- c) O Decreto-Lei n.º 123/89, de 14 de Abril;
- d) O Decreto-Lei n.º 203/90, de 20 de Junho;
- e) O Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho;
- f) O Decreto-Lei n.º 381/91, de 9 de Outubro;
- g) O Decreto-Lei n.º 14/92, de 4 de Fevereiro;
- h) O Decreto-Lei n.º 14/95, de 21 de Janeiro;
- i) O Decreto-Lei n.º 208/95, de 14 de Agosto;
- j) O Decreto Regulamentar n.º 7/92, de 23 de Abril;
- k) A Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio, com excepção do n.º 3.º;
- l) A Portaria n.º 120/87, de 23 de Fevereiro.

Artigo 91.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos remuneratórios a partir de 1 de Janeiro de 1999.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Outubro de 1999. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *António Luciano Pacheco de Sousa Franco* — *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho* — *Francisco Ventura Ramos*.

Promulgado em 30 de Novembro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 8 de Dezembro de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ANEXO I

Tabelas

(a que se referem os artigos 4.º, 9.º e 11.º)

	Índices/escalões					
	1	2	3	4	5	6
Técnico-director	235	270				
Coordenador	230	240	250	265		
Técnico especialista de 1.ª classe	195	205	220	235	255	
Técnico especialista	175	185	195	205	215	
Técnico principal	155	165	170	180	190	
Técnico de 1.ª classe	125	135	140	145	155	165
Técnico de 2.ª classe	110	115	120	125	135	145

ANEXO II

MAPA I

Tabelas a aplicar entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 1999

	Índices/escalões					
	1	2	3	4	5	6
Técnico-director	225	260				
Técnico especialista de 1.ª classe	170	180	200	215	240	
Técnico especialista	155	160	170	180	200	
Técnico principal	135	150	160	170	180	
Técnico de 1.ª classe	115	120	125	130	140	150
Técnico de 2.ª classe	105	110	115	120	130	140

MAPA II

Tabelas a aplicar entre 1 de Julho de 1999 e 30 de Junho de 2000

	Índices/escalões					
	1	2	3	4	5	6
Técnico-director	230	265				
Coordenador	225	235	245	260		
Técnico especialista de 1.ª classe	180	190	215	235	255	
Técnico especialista	160	165	175	185	205	
Técnico principal	140	155	165	175	185	
Técnico de 1.ª classe	120	125	130	135	145	155
Técnico de 2.ª classe	110	115	120	125	135	145

MAPA III

Tabelas a aplicar a partir de 1 de Julho de 2000

	Índices/escalões					
	1	2	3	4	5	6
Técnico-director	235	270				
Coordenador	230	240	250	265		
Técnico especialista de 1.ª classe	195	205	220	235	255	
Técnico especialista	175	185	195	205	215	
Técnico principal	155	165	170	180	190	
Técnico de 1.ª classe	125	135	140	145	155	165
Técnico de 2.ª classe	110	115	120	125	135	145

MINISTÉRIO DO AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 565/99

de 21 de Dezembro

A introdução de espécies não indígenas na Natureza pode originar situações de predação ou competição com espécies nativas, a transmissão de agentes patogénicos ou de parasitas e afectar seriamente a diversidade biológica, as actividades económicas ou a saúde pública, com prejuízos irreversíveis e de difícil contabilização. Acresce que, quando necessário, o controlo ou a erradicação de uma espécie introduzida, que se tornou invasora, são especialmente complexos e onerosos.

No entanto, a introdução de algumas espécies não indígenas e a sua exploração revelaram-se como factores importantes para o desenvolvimento da economia nacional, nomeadamente para o aumento da variedade e disponibilidade dos recursos alimentares, como são exemplos históricos a batata e o milho.

Conscientes destes factos, pretendeu-se condicionar a introdução na Natureza de espécies não indígenas, com excepção das destinadas à exploração agrícola.

Mas, porque existe o equívoco generalizado de que a um maior número de espécies na Natureza corresponde, no imediato e a longo prazo, uma maior diversidade biológica, pretendeu-se ainda acentuar a dimensão pedagógica necessária à aplicação de princípios de conservação da integridade genética do património biológico autóctone e de prevenção das libertações intencionais ou acidentais de espécimes de espécies não indígenas potencialmente causadores de alterações negativas nos sistemas ecológicos.

Nesse sentido, interdita-se genericamente a introdução intencional de espécies não indígenas na Natureza, visando-se assim promover também o recurso a espécies autóctones aptas para os mesmos fins. Quanto às introduções acidentais, definem-se medidas relativas à exploração de espécies não indígenas em local confinado, sujeitando-se os estabelecimentos ou as entidades que as detenham a licenciamento e ao cumprimento de normas mínimas de segurança como forma de prevenção.

Esta regulamentação vem atender às obrigações internacionalmente assumidas por Portugal, ao aprovar, para ratificação, através do Decreto n.º 95/81, de 23 de Julho, a Convenção de Berna, pelo Decreto n.º 103/80, de 11 de Outubro, a Convenção de Bona, e pelo Decreto n.º 21/93, de 21 de Junho, a Convenção da Biodiversidade, que preconizam a adopção de medidas que condicionem as introduções intencionais e evitem as introduções acidentais, bem como o controlo ou a erradicação das espécies já introduzidas. Também a Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, no seu artigo 15.º, n.º 6, preconiza a elaboração de legislação adequada à introdução de exemplares exóticos da flora e, no seu artigo 16.º, n.º 3, a adopção de medidas de controlo efectivo, severamente restritivas, no âmbito da introdução de qualquer espécie animal selvagem, aquática ou terrestre.

Ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira:

Nos termos do n.º 6 do artigo 15.º e do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições introdutórias

Artigo 1.º

Objecto

1 — O presente diploma regula a introdução na Natureza de espécies não indígenas da flora e da fauna.

2 — A introdução, utilização e detenção de organismos geneticamente modificados, ou de produtos que os contenham, é regulado por legislação própria.

3 — As espécies não indígenas constantes do anexo I, que faz parte integrante deste diploma, com excepção

das indicadas como invasoras, são consideradas para efeitos deste diploma, em cada um dos territórios em que estejam referenciadas, como espécies indígenas.

4 — As espécies não indígenas constantes do anexo II, que faz parte integrante deste diploma, são consideradas para efeitos deste diploma como espécies indígenas.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente diploma, entende-se por:

- a) Espécie — conjunto de indivíduos inter-reprodutores com a mesma morfologia hereditária e um ciclo de vida comum, incluindo quaisquer subespécies ou as suas populações geograficamente isoladas;
- b) Espécime — qualquer indivíduo vivo de uma espécie da flora ou da fauna, incluindo propágulos, sementes e ovos;
- c) Não indígena — qualquer espécie, da flora ou da fauna, não originária de um determinado território e nunca aí registada como ocorrendo naturalmente e com populações auto-sustentadas durante os tempos históricos;
- d) Território — unidade geográfica equivalente ao continente ou a cada uma das ilhas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira ou, no caso de espécies aquáticas dulciaquícolas, equivalente a cada uma das bacias hidrográficas;
- e) *Habitat* — conjunto dos elementos físicos e biológicos que uma determinada espécie utiliza para desenvolver o seu ciclo de vida;
- f) Introdução na Natureza — estabelecimento de populações selvagens num local não confinado, através de um acto de disseminação ou de libertação, intencional ou acidental, de um ou mais espécimes de uma espécie não indígena;
- g) Local confinado — espaço demarcado e cercado por barreiras físicas, químicas ou biológicas, destinado ao cultivo ou criação de uma ou mais espécies ou onde as mesmas são mantidas apenas por acção do Homem, incluindo os campos agrícolas e excluindo as explorações de aquacultura;
- h) Evadido — espécime de uma espécie não indígena importado e detido legalmente, ou um seu descendente, e disseminado ou posto em liberdade, acidental ou intencionalmente, mas sem vontade deliberada de efectuar uma introdução;
- i) Clandestino — espécime de uma espécie não indígena importado acidentalmente, associado a um espécime de uma espécie não indígena importado e detido legalmente ou aos seus produtos e embalagens;
- j) Repovoamento — disseminação ou libertação, num determinado território, de um ou mais espécimes de uma espécie indígena ou de uma espécie não indígena aí previamente introduzida;
- l) Risco ecológico — impacte negativo potencial, susceptível de causar uma modificação significativa nos ecossistemas de um dado território;
- m) Animal de companhia — qualquer animal detido ou destinado a ser detido pelo Homem, designadamente em sua casa, para seu entretenimento e enquanto companhia;

- n) Planta ornamental — qualquer planta detida ou destinada a ser detida pelo Homem, designadamente em sua casa e respectivos anexos, com fins estéticos;
- o) Espécie invasora — espécie susceptível de, por si própria, ocupar o território de uma forma excessiva, em área ou em número de indivíduos, provocando uma modificação significativa nos ecossistemas;
- p) Anexo I — anexo a este diploma que inclui as espécies da flora e da fauna não indígenas, com a discriminação, para o caso das espécies aquáticas, dos territórios onde se estabeleceram e a sua classificação, quando apropriado, como espécie invasora;
- q) Anexo II — anexo a este diploma que inclui as espécies não indígenas com interesse para a arborização;
- r) Anexo III — anexo a este diploma que inclui as espécies da flora e da fauna não indígenas que comportam risco ecológico conhecido;
- s) Anexo IV — anexo a este diploma que contém o modelo do extracto-resumo do presente diploma, destinado a ser afixado pelos comerciantes de plantas ornamentais e animais de companhia.

CAPÍTULO II

Introdução intencional na Natureza

Artigo 3.º

Interdição

Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, é proibida a disseminação ou libertação na Natureza de espécimes de espécies não indígenas visando o estabelecimento de populações selvagens.

Artigo 4.º

Excepções

1 — Mediante despacho conjunto dos membros do Governo com a tutela do ambiente, da saúde e da actividade económica ou científica em causa, sob proposta do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), e ouvida a Direcção-Geral das Florestas (DGF), pode excepcionalmente ser permitida uma introdução na Natureza, verificadas cumulativamente as seguintes situações:

- a) Existam vantagens inequívocas para o Homem ou para as biocenoses naturais;
- b) Não haja nenhuma espécie indígena apta para o fim pretendido;
- c) Seja precedida da elaboração de um estudo de impacte aprofundado e minuciosamente planificado, cujas conclusões são relevantes para a autorização.

2 — Sempre que esteja em causa a introdução de espécies para fins florestais, cinegéticos ou aquícolas, a proposta referida no artigo anterior é da competência da DGF, ouvido o ICN, com excepção das áreas referidas no n.º 4 do presente artigo.

3 — O estudo de impacte referido na alínea c) do n.º 1 é da responsabilidade do interessado e deve conter elementos sobre:

- a) A taxonomia, teologia e ecologia, nomeadamente *habitat*, dieta e relações interespecíficas, da espécie em causa;
- b) A biologia da reprodução, as patologias, a capacidade de dispersão e os riscos de hibridação com espécies indígenas;
- c) O *habitat* de suporte, compreendendo a avaliação das consequências da introdução sobre esse *habitat* e os circundantes e das medidas apropriadas para reduzir ou minimizar os seus efeitos negativos;
- d) Os riscos da introdução em causa, bem como das medidas que possam ser tomadas para eliminar ou controlar a população introduzida, caso surjam efeitos imprevistos e danosos dessa introdução;
- e) As introduções da espécie em causa noutros locais, quando existam, e as suas consequências;
- f) A identificação da entidade responsável pelo processo de introdução em causa e a descrição dos métodos a utilizar.

4 — A excepção referida no n.º 1, quando referente a introduções em áreas protegidas, zonas de protecção especial, sítios da lista nacional de sítios, ilhas sem população humana residente, lagoas e lagunas naturais, só é aplicável no caso de essa introdução ser a única acção eficaz para a conservação da Natureza ou para a salvaguarda da saúde ou segurança públicas.

Artigo 5.º

Ensaio controlado

1 — O despacho conjunto previsto no n.º 1 do artigo anterior pode fazer depender essa autorização da realização de um ensaio controlado, com espécimes da espécie em causa, em local confinado com características ecológicas idênticas às do território onde se pretende efectuar a introdução.

2 — Para efeitos do número anterior, o despacho conjunto identifica as entidades administrativas responsáveis pelo acompanhamento do ensaio, dependendo a autorização da apreciação positiva do seu resultado.

Artigo 6.º

Quarentena

Como prevenção de introduções acidentais através de clandestinos, os espécimes da flora e da fauna a introduzir na natureza são sujeitos a um período de uma quarentena específica para estas situações, em condições a definir nas propostas do ICN ou da DGF referidas, respectivamente, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º

CAPÍTULO III

Introdução acidental na Natureza

Artigo 7.º

Interdição

1 — É proibida a disseminação ou libertação na Natureza de espécimes de espécies não indígenas, ainda que

sem vontade deliberada de provocar uma introdução na Natureza, como forma de prevenir o estabelecimento accidental de populações selvagens.

2 — O disposto nos artigos 4.º a 6.º do presente diploma é aplicável à exploração económica de espécies não indígenas em espaço não confinado, nomeadamente aquacultura e apicultura.

Artigo 8.º

Espécies invasoras e de risco ecológico

1 — As espécies invasoras e as espécies que comportam risco ecológico encontram-se classificadas, respectivamente, nos anexos I e III, os quais fazem parte integrante do presente diploma.

2 — É proibido o cultivo, a criação ou a detenção em local confinado e a utilização como planta ornamental ou animal de companhia de espécimes das espécies constantes do anexo I identificadas como invasoras; a cedência, a compra, a venda, a oferta de venda e o transporte de espécimes das espécies constantes do anexo I identificadas como invasoras fica restrita a espécimes ou partes de espécimes não-vivos e sem propágulos viáveis, como forma de prevenir a possibilidade de introdução ou de repovoamento através de evadidos.

3 — É proibida a cedência, a compra, a venda, a oferta de venda, o transporte, o cultivo, a criação ou a detenção em local confinado, a exploração económica e a utilização como planta ornamental ou animal de companhia de espécimes das espécies constantes do anexo III consideradas como comportando risco ecológico, como forma de prevenir a possibilidade de introdução na Natureza ou de repovoamento a partir de evadidos.

4 — O disposto nos números anteriores não é aplicável à cedência, compra, venda, transporte, cultivo, criação e detenção em local confinado, quando praticados para fins científicos e educativos por entidades devidamente licenciadas, nos termos dos artigos seguintes, desde que cumpridas as particulares condições de segurança exigidas, atendendo ao risco específico de cada uma das espécies em causa.

Artigo 9.º

Estabelecimentos de detenção de espécies não indígenas

1 — Os jardins botânicos, estufas, viveiros, hortos, lojas de plantas, jardins e parques zoológicos, safaris, circos e outras actividades de exibição de animais selvagens, aquários ou lojas de animais que detenham espécimes de espécies não indígenas, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigidas e do disposto no n.º 3 e no artigo 14.º, necessitam de uma licença para deter espécies não indígenas, especificando quais as espécies detidas.

2 — A licença para detenção de espécies não indígenas é concedida pelo ICN.

3 — O disposto nos números anteriores não se aplica às espécies objecto de exploração agrícola, desde que incluídas nos catálogos comuns de variedades de espécies agrícolas e hortícolas, nem às espécies objecto de exploração zootécnica.

Artigo 10.º

Condições de licenciamento

1 — A licença referida no artigo anterior só pode ser concedida aos estabelecimentos que apresentem instalações com condições de segurança adequadas às espécies não indígenas que detenham ou pretendam deter, de acordo com a legislação específica em vigor.

2 — As licenças são revogadas se os titulares dos estabelecimentos não derem cumprimento às seguintes obrigações e, no caso de comerciantes de plantas ornamentais ou de animais de companhia, às constantes do artigo 15.º:

- a) Manter as instalações nas condições sanitárias e de segurança e adequadas às espécies não indígenas que detenham, de acordo com a legislação específica em vigor, podendo as mesmas ser visitadas, a todo o tempo, pelos serviços do ministério com a tutela do ambiente e pelos demais com competência específica;
- b) Organizar e manter actualizado um registo dos espécimes das espécies não indígenas que detenham e apresentar ao ICN, quando solicitado, um relatório circunstanciado sobre o número de espécimes de cada espécie não indígena comercializada;
- c) Fazer a marcação dos espécimes de espécies da fauna não indígenas que detenham, nos termos da legislação aplicável ou da forma preconizada no licenciamento, de modo a poder ser identificada a sua origem em caso de evasão;
- d) Comunicar ao ICN, logo que detectada, a evasão ou disseminação accidental de qualquer espécime de uma espécie não indígena, para que possam ser avaliados os riscos de introdução e accionados, se necessário, mecanismos de controlo.

Artigo 11.º

Requisitos de segurança

1 — As instalações destinadas a deter espécimes de espécies não indígenas devem obedecer a requisitos mínimos de segurança que impeçam a sua evasão ou disseminação.

2 — Os requisitos mínimos referidos no número anterior são definidos por portaria conjunta dos membros do Governo com a tutela do ambiente, da ciência e da actividade económica em causa.

3 — Sem prejuízo dos requisitos mínimos referidos nos números anteriores, a detenção, cultivo, criação e transporte, ao abrigo da excepção prevista no n.º 2 do artigo 8.º, de espécies identificadas como invasoras ou consideradas como comportando risco ecológico estão sujeitos a condições de segurança particulares definidas na licença prevista no artigo 9.º, em função do risco específico das espécies em causa.

Artigo 12.º

Estabelecimentos existentes

1 — Os estabelecimentos já existentes que detenham espécies não indígenas devem, no prazo de seis meses a contar da data de entrada em vigor do presente diploma, requerer o seu licenciamento, enviando uma lista dos espécimes de espécies não indígenas que dete-

nham nessa data, das espécies que habitualmente detêm ou pretendem deter e um comprovativo de que as condições sanitárias e de segurança das instalações em que os mesmos são mantidos estão de acordo com o previsto na legislação referida na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º

2 — As licenças são concedidas nos termos e condições referidos nos artigos 9.º e 10.º

3 — As instalações podem ser vistoriadas, a todo o tempo, pelos serviços do ministério com a tutela do ambiente e pelos demais com competência específica.

4 — A entidade que efectua a vistoria elabora um relatório sobre a mesma, o qual deve ser presente às entidades com competência nas respectivas matérias para parecer vinculativo e, se for caso disso, propõe alterações a introduzir nas instalações e o prazo em que devem ser executadas, sob pena de revogação da licença, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º

5 — Caso a licença tenha sido concedida com base em falsas declarações do requerente, a licença é considerada como não válida para todos os efeitos legais.

Artigo 13.º

Prazo do licenciamento

1 — A licença para detenção de espécies não indígenas é concedida no prazo de 30 dias após a entrada do requerimento para a mesma nos serviços do ICN.

2 — Caso o ICN não responda ao pedido de licenciamento no prazo referido no número anterior, há lugar a deferimento tácito.

3 — A licença será válida por um período de dois anos, findo o qual deverá ser requerida a sua renovação.

Artigo 14.º

Espécies protegidas

A necessidade de licenças e autorizações para a detenção de espécimes de espécies não indígenas, referidas nos artigos 9.º e 12.º, não se aplica aos espécimes de espécies incluídas nos anexos ao Regulamento (CE) n.º 338/97, do Conselho, de 9 de Dezembro de 1996, objecto de lei especial.

Artigo 15.º

Plantas ornamentais e animais de companhia

1 — Os comerciantes de plantas ornamentais ou de animais de companhia devem afixar em local bem visível do seu estabelecimento um extracto-resumo, conforme modelo constante do anexo IV, o qual faz parte integrante do presente diploma.

2 — Os comerciantes de plantas ornamentais ou de animais de companhia devem indicar, no requerimento de licenciamento para a detenção de espécies não indígenas, referido nos artigos 10.º e 12.º, o destino dos espécimes detidos dessas espécies, em caso de cessação da actividade.

Artigo 16.º

Águas de lastro

Ao enchimento e despejo das águas de lastro dos navios são aplicáveis as regras definidas nas linhas orientadoras da Organização Marítima Internacional (IMO) e do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES).

CAPÍTULO IV

Repovoamento, controlo e erradicação

Artigo 17.º

Repovoamento

É interdito o repovoamento das espécies incluídas no anexo I classificadas como invasoras.

Artigo 18.º

Controlo de espécies invasoras

1 — As espécies não indígenas invasoras já introduzidas na Natureza são objecto de um plano nacional com vista ao seu controlo ou erradicação, promovido pelo Ministério do Ambiente, em articulação com o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, a aprovar por resolução do Conselho de Ministros.

2 — O plano nacional referido no número anterior abarca igualmente as espécies constantes do anexo III, introduzidas na Natureza em infracção ao presente diploma.

CAPÍTULO V

Funções administrativas e científicas

Artigo 19.º

Competências

Compete ao ICN assegurar as funções administrativas e técnico-científicas necessárias à aplicação do presente diploma, nomeadamente:

- a) Apreciar os pedidos de introdução e os estudos de impacte referidos no artigo 4.º;
- b) Propor a revisão dos anexos I, II e III, em articulação com a Direcção-Geral das Florestas;
- c) Apreciar os programas definidos no plano nacional de controlo de espécies invasoras referido no artigo 18.º

Artigo 20.º

Conselho consultivo

1 — Para aconselhar o ICN nas funções técnico-científicas relativas à aplicação do presente diploma é instituído um conselho consultivo que integra peritos nomeados por despacho do ministro com a tutela do ambiente e um representante do ICN, que preside.

2 — O conselho consultivo tem um número máximo de sete membros, incluindo o representante do ICN referido no número anterior, e reúne sempre que convocado pelo ICN.

3 — Os peritos são pagos por senhas de presença nos termos a determinar por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e do Ambiente.

CAPÍTULO VI

Contra-ordenações

Artigo 21.º

Contra-ordenações e coimas

1 — As infracções ao disposto no presente diploma constituem contra-ordenações puníveis, nos termos do

Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com uma coima:

- a) De 350 000\$ a 750 000\$, em caso de disseminação ou libertação intencional na Natureza de espécimes de espécies não indígenas, com vontade deliberada de efectuar uma introdução não autorizada, por violação do disposto no artigo 3.º, ou para a exploração em local não confinado, por violação do disposto no n.º 2 do artigo 7.º;
- b) De 300 000\$ a 700 000\$, em caso de repovoamento de espécies invasoras, por violação do disposto no artigo 17.º;
- c) De 250 000\$ a 650 000\$, em caso de disseminação ou libertação intencional na Natureza de espécimes de espécies não indígenas, sem vontade deliberada de provocar uma introdução, por violação do disposto no n.º 1 do artigo 7.º;
- d) De 200 000\$ a 600 000\$, em caso de prática de actos ou actividades proibidas quando tenham por objecto espécies invasoras ou que comportam risco ecológico, por violação do disposto no n.º 2 do artigo 8.º;
- e) De 150 000\$ a 550 000\$, em caso de falta de licença para deter espécies não indígenas ou de falta de licença específica para as espécies não indígenas detidas, por violação do disposto no n.º 1 do artigo 9.º e do n.º 5 do artigo 12.º;
- f) De 150 000\$ a 500 000\$, em caso de falsas declarações para obtenção de licença para deter espécies não indígenas;
- g) De 100 000\$ a 450 000\$, em caso de não cumprimento de alguma das obrigações dos estabelecimentos que detêm espécimes de espécies não indígenas, por violação do disposto no n.º 3 do artigo 8.º, nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 2 do artigo 10.º, no n.º 2 do artigo 12.º ou no n.º 1 do artigo 15.º;
- h) De 100 000\$ a 400 000\$, em caso de não sujeição a quarentena, ou de desrespeito das condições a observar para a mesma, dos espécimes de espécies não indígenas cuja introdução tenha sido autorizada, por violação do disposto no artigo 6.º;
- i) De 30 000\$ a 100 000\$, em caso de não requerimento atempado do licenciamento dos estabelecimentos existentes que detêm espécimes de espécies não indígenas, por violação do disposto no n.º 1 do artigo 12.º

2 — Se o infractor for uma pessoa colectiva, os montantes mínimos e máximos previstos no número anterior podem ser multiplicados até 12 vezes.

3 — A tentativa e a negligência são sempre puníveis.

Artigo 22.º

Sanções acessórias

Cumulativamente com as coimas previstas no artigo anterior, e nos termos da lei, podem ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

- a) Perda dos espécimes que estejam na origem da infracção, bem como do equipamento utilizado, que revertem a favor do Estado;
- b) Interdição do exercício da profissão ou da actividade;

- c) Privação do direito a subsídio ou benefício outorgado por entidades ou serviços públicos;
- d) Privação do direito de participação ou arrematação a concursos promovidos por entidades ou serviços públicos, de obras públicas, de fornecimento de bens e serviços, ou concessão de serviços, licenças ou alvarás;
- e) Encerramento do estabelecimento;
- f) Suspensão de autorizações e licenças.

Artigo 23.º

Afectação das coimas

A receita das coimas previstas no artigo 21.º reverte:

- a) 60 % para o Estado;
- b) 40 % para o ICN.

Artigo 24.º

Fiscalização, instrução e decisão

1 — As funções de fiscalização, para efeitos deste diploma, competem especialmente aos funcionários e agentes do ICN, da Inspeção-Geral do Ambiente, das direcções regionais do ambiente, das direcções regionais de agricultura, da Direcção-Geral das Florestas, da Direcção-Geral de Veterinária, da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, do Instituto de Investigação das Pescas e do Mar e da Guarda Nacional Republicana e demais autoridades policiais.

2 — Compete ao ICN o processamento das contra-ordenações e a aplicação das coimas e das sanções acessórias previstas nos artigos 21.º e 22.º deste diploma.

Artigo 25.º

Reposição da situação anterior

1 — Independentemente da aplicação da coima e das sanções acessórias, o ICN, ouvidas as entidades competentes em matéria de sanidade e de bem-estar animal, pode intimar o infractor a proceder à reposição da situação anterior à infracção, fixando-lhe as acções necessárias, nomeadamente para a erradicação da espécie introduzida e o respectivo prazo de execução.

2 — Após a notificação para que proceda à erradicação da espécie introduzida, se a obrigação não for cumprida no prazo fixado, o ICN procede ou manda proceder às acções necessárias para essa erradicação, por conta do infractor.

CAPÍTULO VII

Disposição final

Artigo 26.º

Regiões Autónomas

O regime previsto no presente diploma é aplicável às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sem prejuízo das adaptações decorrentes da estrutura própria da administração regional autónoma, a introduzir por diploma regional adequado.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Setembro de 1999. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *António Luciano Pacheco de Sousa Franco* — *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho* — *João*

quim Augusto Nunes de Pina Moura — Luís Manuel Capoulas Santos — Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira — Manuel Maria Ferreira Carrilho — José Mariano Rebelo Pires Gago.

Promulgado em 29 de Novembro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 8 de Dezembro de 1999.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

ANEXO I

Espécies introduzidas em Portugal continental — (I) Invasoras

Fauna

Invertebrados:

Phoracantha semipunctata;
Iridomyrmex humilis — formiga argentina;
Leptinotarsa decemlineata — escaravelho da batata;
Lysiphlebus testaceipes (Cresson).

Répteis:

Chamaeleo chamaeleon — camaleão;
Lacerta dugesii — lagartixa-da-madeira.

Aves (espécies cuja nidificação é provável ou confirmada):

Francolinus francolinus — francolim-negro;
Phasianus colchinus — Faisão;
Psittacula krameri — periquito-de-colar;
Myiopsitta monachus — periquito-monge;
Columbina passerina — rolinha-americana;
Ploceus cucullatus — tecelão-de-dorso-malhado;
Ploceus melanocephalus — tecelão-de-cabeça-preta;
Quelea quelea — Tecelão-de-bico-vermelho;
Euplectes afer — bispo-de-coroa-amarela;
Euplectes hordeaceus — bispo-vermelho-d'asa-negra;
Euplectes franciscanus — bispo-laranja;
Euplectes orix — bispo-vermelho;
Estrilda melpoda — faces-laranja;
Estrilda troglodytes — bico-de-lacre-de-cauda-preta;
Estrilda astrild — bico-de-lacre;
Amandava amandava — bengali-vermelho;
Amandava subflava — ventre-laranja;
Poephila guttata — mandarim;
Lonchura cantans — bico-de-chumbo-africano;
Lonchura mallaca — bico-de-chumbo-de-cabeça-negra;
Lonchura maja — bico-de-chumbo-de-cabeça-branca;
Amadina fasciata — degolado.

Mamíferos:

Rattus rattus — rato-preto;
Rattus norvegicus — ratazana.

Fauna aquática dulciaquícola

Bacia do Minho

Peixes:

Micropterus salmoides — achigã;
Oncorhynchus mykiss — truta-arco-íris.

Bacia do Lima

Peixes:

Carassius auratus — pimpão;
Cyprinus carpio — carpa.

Bacia do Cávado

Peixes:

Carassius auratus — pimpão;
Cyprinus carpio — carpa;
Oncorhynchus mykiss — truta-arco-íris;
Lepomis gibbosus — perca-sol (1);
Micropterus salmoides — achigã;
Esox lucius — lúcio.

Bacia do Ave

Peixes:

Cyprinus carpio — carpa;
Oncorhynchus mykiss — truta-arco-íris;
Micropterus salmoides — achigã;
Sander lucioperca — lucioperca.

Bacia do Douro

Invertebrados:

Corbicula fluminea;
Procambarus clarkii — lagostim-vermelho-da-louisiana;
Pacifastacus leniusculus.

Peixes:

Carassius auratus — pimpão;
Cyprinus carpio — carpa;
Gobio gobio — góbio;
Esox lucius — lúcio;
Oncorhynchus mykiss — truta-arco-íris;
Gambusia holbrooki — gambúsia (1);
Lepomis gibbosus — perca-sol (1);
Micropterus salmoides — achigã.

Bacia do Leça

Invertebrados:

Procambarus clarkii — lagostim-vermelho-da-louisiana.

Peixes:

Gobio gobio — góbio.

Bacia do Vouga

Invertebrados:

Procambarus clarkii — lagostim-vermelho-da-louisiana.

Peixes:

Carassius auratus — peixe-vermelho;
Cyprinus carpio — carpa;

Gobio gobio — góbio;
Oncorhynchus mykiss — truta-arco-íris;
Gambusia holbrooki — gambúsia (1);
Micropterus salmoides — achigã.

Bacia do Mondego

Invertebrados:

Procambarus clarkii — lagostim-vermelho-da-louisiana.

Peixes:

Carassius auratus — peixe-vermelho;
Cyprinus carpio — carpa;
Gobio gobio — góbio;
Oncorhynchus mykiss — truta-arco-íris;
Gambusia holbrooki — gambúsia (1);
Lepomis gibbosus — perca-sol (1);
Micropterus salmoides — achigã.

Bacia do Lis

Invertebrados:

Procambarus clarkii — lagostim-vermelho-da-louisiana.

Bacia das ribeiras do Oeste

Invertebrados:

Procambarus clarkii — lagostim-vermelho-da-louisiana.

Bacia do Tejo

Invertebrados:

Corbicula fluminea;
Eriocheir sinensis — caranguejo-peludo-chinês (1);
Procambarus clarkii — lagostim-vermelho-da-louisiana;
Potamopyrgus jenkinsi.

Peixes:

Carassius auratus — peixe-vermelho;
Cyprinus carpio — carpa;
Gobio gobio — góbio;
Esox lucius — lúcio;
Oncorhynchus mykiss — truta-arco-íris;
Gambusia holbrooki — gambúsia (1);
Lepomis gibbosus — perca-sol (1);
Micropterus salmoides — achigã.

Bacia do Sado

Invertebrados:

Procambarus clarkii — lagostim-vermelho-da-louisiana.

Peixes:

Carassius auratus — peixe-vermelho;
Cyprinus carpio — carpa;
Gambusia holbrooki — gambúsia (1);
Lepomis gibbosus — perca-sol (1);
Micropterus salmoides — achigã;
Cichlasoma facetum — chanchito;
Ictalurus meles — peixe-gato.

Bacia do Mira

Invertebrados:

Procambarus clarkii — lagostim-vermelho-da-louisiana.

Peixes:

Cyprinus carpio — carpa;
Micropterus salmoides — achigã;
Cichlasoma facetum — chanchito.

Bacia das ribeiras do Algarve

Invertebrados:

Procambarus clarkii — lagostim-vermelho-da-louisiana.

Peixes:

Carassius auratus — pimpão;
Cyprinus carpio — carpa;
Lepomis gibbosus — perca-sol (1);
Micropterus salmoides — achigã.

Bacia do Guadiana

Invertebrados:

Procambarus clarkii — lagostim-vermelho-da-louisiana.

Peixes:

Carassius auratus — pimpão;
Cyprinus carpio — carpa;
Esox lucius — lúcio;
Fundulus heteroclitus — fundulo;
Gambusia holbrooki — gambúsia (1);
Lepomis gibbosus — perca-sol (1);
Micropterus salmoides — achigã;
Cichlasoma facetum — chanchito.

Flora

Pteridophyta*Selaginellaceae:*

Selaginella kraussiana (G. Kunze) A. Braun.

Azollaceae:

Azolla filiculoides Lam. (1);
Azolla caroliniana Willd. (1).

Gymnospermae*Cupressaceae:*

Chamaecyparis lawsoniana (A. Murray.) Parl. — camecípore-de-lawson;
Cupressus lusitanica Miller — cipreste-do-buçaco;
Cupressus macrocarpa Hartw. — cipreste-da-califórnia;
Cupressus sempervirens L. — cipreste-comum.

Pinaceae:

Abies alba Miller — abeto-branco;
Cedrus atlantica (Endl.) Carrière — cedro-do-atlas;
Cedrus deodara Loud. — cedro-do-himalaia;
Pinus halepensis Miller — pinheiro-de-alepo;

Pinus nigra Arn. — pinheiro-larício;
Pseudotsuga menziesii (Mirbel) Franco — pseudo-
 tsuga.

Angiospermae

Salicaceae:

Salix babylonica L.;
Salix canescens (Ait.) Marshall;
Salix x rubens Schrank;
Salix viminalis L.;
Populus deltoides Marshall — choupo-americano;
Populus alba L. — álamo;
Populus nigra L. subsp. *caudina* (Ten.) Bug.;
Populus x canadensis Moench (*P. deltoides x nigra*).

Urticaceae:

Soleirolia soleirolii (Req.) Dandy — lágrimas-de-
 -anjo.

Proteaceae:

Hakea sericea Schrader (1);
Hakea salicifolia (Vent.) B. L. Burt (1);
Grevillia robusta L. — grevília.

Polygonaceae:

Fallopia baldschuanica (Regel) J. Holub (*F. auberti*,
Polygonum aubertii);
Polygonum capitatum D. Don;
Polygonum minus Huds;
Polygonum orientale L.;
Reynoutria japonica Houtt. — sanguinária-do-ja-
 pão;
Rumex frutescens Thouars.

Chenopodiaceae:

Beta vulgaris L. subsp. *vulgaris*;
Chenopodium multifidum L.;
Chenopodium ambrosoides L. — ambrósia-do-mé-
 xico.

Amaranthaceae:

Amaranthus muricatus (Mocq.) Hicken — bredo-
 -da-golegã;
Amaranthus caudatus L. — moncos-de-peru; cau-
 da-de-raposa;
Amaranthus cruentus L.;
Amaranthus paniculatus L.;
Amaranthus blitoides S. Watson — erva-aranha;
Amaranthus albus L. — bredos-brancos;
Amaranthus deflexus L. — bredo-perene.

Phytolaccaceae:

Phytolacca americana L. — tintureira; erva-da-
 -américa.

Aizoaceae:

Sesuvium portulacastrum (L.) L.;
Drosanthemum candens (Haw.) Schwantes;
Aptenia cordifolia (L. fil) N. E. Br.;
Disphyma crassifolium (L.) L. Bolus;
Lampranthus multiradiatus (Jacq.) N. E. Br.;
Carpobrotus edulis (L.) N. E. Br. — chorão (1);
Carpobrotus acinaformis (L.) L. Bolus;

Mesembryanthemum nodiflorum L. — erva-do-or-
 valho;
Mesembryanthemum crystallinum L. — erva-gelada.

Molluginaceae:

Mollugo verticillata L.

Tetragoniaceae:

Tetragonia tetragonoides (Palas) O. Kuntze.

Portulacaceae:

Portulaca oleraceae L. subsp. *stellata* Danin & H.
 G. Baker;
Portulaca oleraceae L. subsp. *papillastellulata* Danin
 & H. G. Baker;
Portulaca oleraceae L. subsp. *nitida* Danin & H.
 G. Baker;
Montia perfoliata (Donn ex. Wild) Howell.

Basellaceae:

Boussingaultia cordifolia Ten. — parra-de-madeira.

Caryophyllaceae:

Silene cretica L.;
Dianthus tripunctatus Silth.

Papaveraceae:

Papaver somniferum L. subsp. *setigerum* (DC.)
 Corb. — dormideira-brava;
Argemone mexicana L.;
Eschscholzia californica Cham. — papoila-da-cali-
 fórnia.

Fagaceae:

Quercus rubra L. — carvalho-vermelho-americano.

Cruciferae:

Lunaria annua L.;
Sisymbrium polyceratum L.;
Sisymbrium erysimoides Desf.;
Isatis tinetoria L.;
Lepidium campestre (L.) R. Br.;
Lepidium grandifolium L. subsp. *grandifolium*;
Lepidium ruderale L.;
Lepidium sativum L.;
Lepidium virginicum L. — mentruz;
Coronopus didymus (L.) Sm.;
Rapistrum rugosum (L.) All. subsp. *orientale* (L.)
 Arcangeli.

Crassulaceae:

Bryophyllum pinnatum (Lam.) Oken;
Crassula aquatica (L.) Schonl.;
Crassula bonariensis (DC) Crambe;
Aichryson dichotomum (DC) Webb & Berth;
Aeonium arboreum (L.) Webb & Berth — saião.

Hydrangeae:

Hydrangea macrophylla (Thunb.) Seringe — hor-
 tência.

Pittosporaceae:

- Pittosporum crassifolium* Banks & Sol. ex. Cunningham;
Pittosporum undulatum Vent. — incenso (1);
Pittosporum tobira (Thunb.) Dryander.

Platanaceae:

- Platanus hispanica* Miller.

Rosaceae:

- Rubus idaeus* L.;
Rubus x loganobaccus L. H. Bailey;
Rosa moschata J. Hermam;
Rosa odorata var. *gigantea* (Crepin) Rehder & Wilson;
Rosa multiflora Thumb.;
Rosa wichuraiana Crépin;
Rosa gallica L. — rosa-da-provença;
Cydonia oblonga Miller — marmeleiro.

Leguminosae:

- Acacia karroo* Hayne (1);
Acacia dealbata Link — mimosa (1);
Acacia mearnsii De Wild. (1);
Acacia longifolia — acácia-de-espigas (Andrews) Willd. (1);
Acacia cyclops G. Don fil.;
Acacia melanoxylon R. Br. — codeço-alto (1);
Acaciapycnantha Bentham (1);
Acacia cyanophylla Lindley (1);
Acacia retinodes Schlecht. (1);
Acacia decurrens (J. C. Wendl.) Willd.;
Acacia farnesiana (L.) Willd.;
Acacia molissima Willd.;
Vicia articulata Hornem.;
Vicia sativa L. subsp. *macrocarpa* (Moris) Arcan-gelli;
Vicia sativa L. subsp. *sativa* — ervilhaca;
Lathyrus sativus L. — chícharo;
Melilotus italica (L.) Lam. — anafe-de-itália;
Melilotus indica (L.) Lam.;
Melilotus infesta Guss. — anafe-da-china;
Trigonellafoenum-graecum L. — feno-galego;
Medicago blanchiana Boiss.;
Medicago rugosa Desr. — luzerna-rugosa;
Robinia pseudoacacia L. — falsa-acácia (1);
Hedysarum coronarium L. — sanfeno-de-espanha;
Cercis siliquastrum L. — olaia;
Gleditsia triacanthos L. — espinheiro-da-virgínia.

Oxalidaceae:

- Oxalis articulata* Savigny;
Oxalis corymbosa DC.;
Oxalis latifolia Kunth;
Oxalis pes-capraea L. — erva-canária (1);
Oxalis purpurea L.

Geraniaceae:

- Pelargonium radula* (Cav.) L'Hér.

Tropaeolaceae:

- Tropaeolum majus* L. — chagas.

Euphorbiaceae:

- Ricinus communis* L. — bafureira;
Euphorbia nutans Lag.;
Euphorbia serpens Kunth;
Euphorbia maculata L.;
Euphorbia prostrata Aiton;
Euphorbia lathyris L.

Simaroubaceae:

- Ailanthus altissima* (Miller) Swingle — ailanto (1).

Anacardiaceae:

- Schinus molle* L.;
Schinus terebinthifolia Raddi;
Rhus coriaria L. — sumagre.

Cactaceae:

- Opuntia ficus-indica* (L.) Miller — figueira-da-índia.

Myrtaceae:

- Eucalyptus globulus* Labill. — eucalipto;
Eucalyptus camaldulensis Labill. — eucalipto.

Haloragraceae:

- Myriophyllum brasiliensis* Camb. — pinheiro-de-água (1).

Teligonaceae:

- Hippuris vulgaris* L.

Umbelliferae:

- Hydrocotyle bonariensis* Lam. — chapéus;
Eryngium pandanifolium Cham. & Schlecht. (1);
Lilaeopsis attenuata (Hooker & Arnott) Fernald;
Apium leptophyllum (Pers.) Benth.

Aceraceae:

- Acer platanoides* L.;
Acer negundo L.

Oleaceae:

- Ligustrum ovalifolium* Hassk — alfanheiro-oval;
Ligustrum lucidum Aiton — alfanheiro-do-japão.

Asclepidaceae:

- Araujia sericifera* Brot.;
Gomphocarpus fruticosus (L.) Aiton fil. — sumauma.

Rubiaceae:

- Rubia tinctorum* L.

Convolvulaceae:

- Dichondra micrantha* Urban;
Cuscuta campestris Yuncker;
Cuscuta suaveolens Ser. — cabelos;
Calystegia sylvatica (Kit) Griseb.;
Convolvulus farinosus L.;
Ipomaea acuminata (Vahl) Roemer & Schultes (1).

Hydrophyllaceae:

Phacelia tanacetifolia Bentham;
Wigandia caracasana Kunth.

Boraginaceae:

Heliotropium curassavicum L.;
Anchusa arvensis (L.) Bieb. subsp. *orientalis* (L.)
Nordh;
Myosotis latifolia Poiret.

Verbenaceae:

Verbena bonariensis L.;
Verbena canadensis L.;
Lantana camara L.;
Lippia canescens Kurith.

Callitrichaceae:

Callitriche cribrosa Schotsman.

Labiatae:

Melissa officinalis L. subsp. *officinalis*;
Mentha requienii Bentham;
Mentha spicata L.;
Salvia triloba L. fil.;
Salvia sclarea L.

Solanaceae:

Nicandra physalodes (L.) Gaertner;
Lycium barbarum L.;
Lycium chinense Miller;
Atropa bella-dona L. — bela-dona;
Physalis ixocarpa Brot.;
Physalis peruviana L.;
Salpichroa origanifolia (Lam.) Baillon;
Capsicum frutescens L.;
Solanum pseudocapsicum L. — erva-moira;
Solanum capsicastrum Schauer — cereja-de-in-
verno;
Solanum marginatum L. fil.;
Solanum melongena L.;
Solanum sublobatum Roemer & Schultes;
Solanum sodomaes L.;
Solanum citrullifolium A. Braun;
Datura stramonium L. — figueira-do-inferno (t);
Datura innoxia Miller;
Nicotiana rustica L.;
Nicotiana glauca R. C. Graham — charuto-do-rei.

Scrophulariaceae:

Lindernia procumbens (Krocker) Philcox;
Lindernia dubia (L.) Pennell — manjerico;
Bacopa monnieri (L.) Pennell;
Verbascum levanticum I. K. Ferguson;
Cymbalaria muralis P. Gaertner, B. Meyer & Schreb.;
Veronicapersica Poiret;
Hebe x andersonii;
Sibthorpia peregrina L.;
Mimulus moschatus Douglas ex Lindley.

Martyniaceae:

Proboscidea louisianica (Miller) Thell.

Myoporaceae:

Myoporum tenuifolium G. Foster — mioporum;
Myoporuni acuminatum R. Br. — mulatas;
Myoporum tetrandrum (Labill.) Domin.

Caprifoliaceae:

Lonicera japonica Thurb. — madressilva;
Symphoricarpos albus (L.) S. F. Blake.

Valerianaceae:

Fedia scorpioides Dufresne.

Dipsacaceae:

Dipsacus sativus (L.) Honckeny — cardo-pentea-
dor.

Campanulaceae:

Legousia speculum-veneris (L.) Chaix.

Compositae:

Eupatorium adenophorum Sprengel — abundância;
Aster lanceolatus Willd. — mata-jornaleiros;
Aster squamatus (Sprengel) Hieron.;
Erigeron karvinskianus DC. — vitadínia-das-floris-
tas (t);
Conyza ivifolia (L.) Less.;
Conyza canadensis (L.) Cronq. — avoadinha; erva-
-pau;
Conyza albida Sprengel;
Conyza x rouyana Sennen (*Conyza albida x cana-
densis*);
Conyza bonariensis (L.) Cronq. — avoadinha-pe-
luda (t);
Conyza x mixta Fouc. & Neyr. (*Conyza bonariensis
x canadensis*);
Gamochaeta subfalcatata (Cabrera) Cabrera;
Gamochaeta calviceps (Fernald) Cabrera;
Gamochaeta pensylvanica (Willd.) Cabrera;
Gamochaeta spicata (Lam.) Cabrera;
Helichrysum petiolare Hillard & B. L. Burtt — sem-
pre-noiva-das-floristas;
Helichrysum foetidum (L.) Cass. — perpétua-fétida;
Plectostachys serpyllifolia (Berg.) Hilliard;
Bidens aurea (Aiton) Sherff — chá-de-marrocos;
Bidens frondosa L. — erva-rapa;
Bidens pilosa L. — amor-de-burro;
Eclipta prostrata (L.) L. — verbesina;
Helianthus annuus L. — girassol;
Ambrosia artemisifolia L. — ambrósia;
Ageratum houstonianum Miller;
Galinsoga parviflora Cav. — erva-da-moda (t);
Galinsoga ciliata (Rafin) S. F. Blake;
Santolina chamaecyparissus L.;
Chamomilla suaveolens (Pursh) Rydb.;
Chrysanthemum segetum L.;
Tanacetum vulgare L.;
Tanacetum parthenicum (L.) Schultz Bip.;
Leucanthemum paludosum (Poiret) Bonnet &
Banatte;
Cotula coronopifolia L. — botões-de-latão;
Cotula australis (Sprengel) Hooker fil.;
Soliva pterosperma (Juss.) Less.;
Gymnostyles stolonifera (Brot.) Tutin;
Artemisia verlotiorum Lamotte;
Petasites fragrans (Vill.) C. Presl;
Senecio elegans L.;
Senecio mikanioides Walpers;
Senecio angulatus L. fil.;
Senecio bicolor (Willd.) Tod. subsp. *cinerea* (DC.)
Chater (t);

Senecio leucanthemifolius Poir.;
Arctotheca calendula (L.) Levyns — erva-gorda (1);
Gazania rigens (L.) Gaertner;
Ptilostemon casabonae (L.) W. Greuter;
Leontodon muelleri (Schultz Bip) Fiori.

Hydrocharitaceae:

Elodea canadensis Mich — estrume-novo (1);
Blyxa japonica (Miq.) Maxim.

Juncaginaceae:

Triglochin striata Ruiz & Pavón.

Lilaeaceae:

Lilaea scilloides (Poir.) Hauman.

Liliaceae:

Aloe vera (L.) Bum. fil. — aloé;
Aloe arborescens Miller;
Tulipa clusiana DC. — marquesinhas;
Tulipa praecox Ten.;
Ornithogalum arabicum L.;
Allium triquetrum L. — alho-bravo;
Nothoscordum gracile (Aiton) Stearn;
Asparagus asparagoides (L.) Druce — alegra-campo;
Lilium candidum L. — açucena; cajado-de-são-josé.

Agavaceae:

Agave atrovirens Salm-Dyck;
Agave americana L. — piteira.

Amaryllidaceae:

Amaryllis bella-dona L. — bordão-de-são-josé.

Pontederiaceae:

Heteranthera reniformis Ruiz & Pavón — espiga-azul-de-folha-redonda;
Heteranthera rotundifolia (Kunth) Griseb.;
Eichornia crassipes (C. F. P. Mart.) Solms. — Laub. — jacinto-de-água (1).

Iridaceae:

Iris germanica L. — lírio-roxo;
Iris albicans Lange — lírio-branco;
Ferraria crispa Burm.;
Ixya paniculata Delaroche — alfenim;
Watsonia bulbifera Mathews & L. Bolus;
Freesia refracta (Jacq.) Klatt — frésia;
Tritonia x crocosmifolia (Lemoine) Nicholson;
Sparaxis bulbifera (L.) Ker-Gawler;
Sparaxis tricolor (Curtis) Ker-Gawler;
Gladiolus undulatus L.

Commelinaceae:

Trandescantia fluminensis Velloso — erva-da-fortuna (1).

Graminae:

Bromus secalinus L.;
Bromus catharticus Vahl;

Hordeum bulbosum L.;
Gastridium phleoides (Nees & Meyen) C. E. Hubbard;
Phalaris canariensis L. — alpista;
Arundo donax L. — cana;
Sporobolus indicus (L.) R. Br.;
Eleusine indica (L.) Gaertner — pé-de-galo;
Spartina densiflora Brongn. (1);
Ehrharta calycina Sm.;
Ehrharta erecta Lam.;
Panicum miliaceum L. — milho-miúdo;
Panicum capillare L.;
Panicum dicholomiflorum Michx;
Echinochloa colonum (L.) Link;
Echinochloa oryzicola (Vasinger) Vasinger — milhã-do-arroz;
Paspalum dilatatum Poir. in Lam.;
Paspalum urvillei Steudel;
Paspalum paspalodes (Michx) Scribn. — alcanache;
Paspalum vaginatum Swartz. — gramão;
Stenotaphrum secundatum (Walter) O. Kuntze;
Setaria parviflora (Poir.) Kerguelen;
Setaria adhaerens (Forsk.) Chiov.;
Setaria faberi (L.) Beauv.;
Setaria italica (L.) Beauv.;
Pennisetum villosum Fresen;
Cortaderia selloana (J. A. & J. H. Schultes) Aschers & Graebner.

Cyperaceae:

Eleocharis flaccescens (Poir.) Urban;
Cyperus alterniflorus L. — papiro.

ANEXO II

Espécies não indígenas com interesse para a arborização*Gymnospermae***Podocarpaceae:**

Podocarpus totara D. Don ex Lambert.

Araucariaceae:

Araucaria heterophylla (Salisbury) Franco.

Pinaceae:

Abies nordmanniana (Steven) Spach;
Abies pinsapo Boissier;
Larix decidua Miller;
Larix x eurolepis A. Henry;
Picea abies (L.) Link;
Picea sitchensis (Bongard) Carrière;
Pinus brutia Tenot;
Pinus canariensis C. Smith;
Pinus eldarica Medwedew;
Pinus muricata D. Don;
Pinus radiata D. Don;
Pinus uncinata Miller ex Mirbel;
Pinus wallichiana Jackson;

Taxodiaceae:

Cryptomeria japonica (L. f.) D. Don;
Sequoia sempervirens (D. Don) Endl.;
Taxodium distichum (L.) Richards.

Cupressaceae:

Calocedrus decurrens (Torrey) Florin;
Chamaecyparis obtusa (Siebold & Zuccarini) Endi.;
Cupressus arizonica Greene;
Juniperus virginiana L.;
Thuja plicata D. Don.

*Angiospermae**Aceraceae:*

Acer campestre L. — bordo.

Betulaceae:

Alnus cordata Desfontaines — amieiro-napolitano;
Betula pendula Rothwell — videoeiro.

Bignoniaceae:

Catalpa bignonioides Walter — catalpa.

Casuarinaceae:

Casuarina cunninghamiana Miquel — casuarina-ténue;
Casuarina equisetifolia L. — casuarina-cavalinha.

Fagaceae:

Castanea crenata Siebold & Zuccarini — castanheiro-do-japão,
Nothofagus obliqua (Mirbel) Blume — roble-do-chile;
Quercus cerris L. — carvalho-turco;
Quercus coccinea Muenchhausen — carvalho-vermelho-americano;
Quercus palustris Muenchhausen — carvalho-vermelho-americano.

Hammamelidaceae:

Liquidambar styraciflua L. — liquidâmbar.

Hippocastanaceae:

Aesculus hippocastanum L. — castanheiro-da-índia;
Aesculus x carnea Hayne — castanheiro-da-índia.

Juglandaceae:

Carya illinoensis (Wangenheim) K. Koch — cária-branca;
Juglans nigra L. — noqueira-preta;
Juglans regia L. — noqueira.

Lauraceae:

Cinnamomum camphora (L.) Siebold — canfo-reira.

Leguminosae:

Albizzia julibrissin Durazz. — albízia-de-constantinopla;
Albizzia lophanta (Will.) Benth — albízia;
Sophora japonica L. — sófora-do-japão.

Magnoliaceae:

Liriodendron tulipiferum L. — tulipeiro.

Moraceae:

Morus alba L. — amoreira-branca;
Morus nigra L. — amoreira-negra.

Myrtaceae:

Eucalyptus x algeriensis Trabut. — eucalipto;
Eucalyptus botryoides Smith — eucalipto;
Eucalyptus cladocalyx Muller — eucalipto;
Eucalyptus cornuta Labill. — eucalipto;
Eucalyptus dalrympleana Maiden — eucalipto;
Eucalyptus diversicolor Muller — eucalipto;
Eucalyptus gomphocephala De Candolle — eucalipto;
Eucalyptus grandis (Hill.) Maiden — eucalipto;
Eucalyptus gunnii Hoker f. — eucalipto;
Eucalyptus rirtoniana Muiler — eucalipto;
Eucalyptus maideni Muller — eucalipto;
Eucalyptus nitens Maiden — eucalipto;
Eucalyptus obliqua L'Hérit. — eucalipto;
Eucalyptus polyanthemos Schauer — eucalipto;
Eucalyptus resinifera Smith — eucalipto;
Eucalyptus robusta Smith — eucalipto;
Eucalyptus rudis Endl. — eucalipto;
Eucalyptus sideroxylon (A. Cunn.) — eucalipto;
Eucalyptus smithii R. T. Baker — eucalipto;
Eucalyptus tereticornis Smith — eucalipto;
Eucalyptus x trabuti Vilmorin ex Trabut — eucalipto;
Melaleuca armilaris Smith — melaleuca;
Metrosiderus excelsa Soland ex Gaertn. — metrosídero;
Metrosiderus robustus A. Cunn. — metrosídero-robusto.

Oleaceae:

Fraxinus americana L. — freixo-americano;
Fraxinus excelsior L. — freixo-europeu;
Fraxinus pennsylvanica Marsh — freixo-americano;
Ligustrum lucidum Aiton fil. — alfenheiro-da-china.

Scrophulariaceae:

Paulownia tomentosa (Thunberg) Steudel — paulónia.

Tiliaceae:

Tilia cordata Miller — tília-de-folhas-pequenas;
Tilia platyphyllos Scopoli — tília-de-folhas-grandes;
Tilia tomentosa Moench — tília-prateada.

ANEXO III

Espécies não indígenas com risco ecológico conhecido

Fauna

Invertebrados

Crustáceos:

Procambarus clarkii.

Moluscos:

Dreissena polymorpha;
Dreissena bugensis.

Vertebrados

Peixes dulciaquícolas:

Perca fluviatilis;
Lepomys cyanellus;
Lepomys gibbosus;
Lates niloticus;
Oreochromis niloticus;
Oreochromis leucocistus;
Tilapia zilli;
Tilapia melanopleura;
Stizostedion vitreum;
Stizostedion lucioperca;
Gymnocephalus cernuus;
Hypophthalmichthys molitrix;
Osmerus mordax;
Misgurnus anguillicaudatus;
Gambusia holbrooki;
Siluros glanis.

Anfíbios:

Rana catesbeiana.

Répteis:

Chrysemys picta;
Trachemys scrypla;
Chelydra serpentina;
Macrolemys temminckii.

Aves:

Oxyura jamaicensis.

Mamíferos:

Rodentia:

Sciurus carolinensis;
Myocastor coypus;
Ondatra zibethicus;
Castor fiber;
Castor canadensis;

Carnivora:

Mustela vison;
Procyon lotor;
Nyctereutes procyonoides.

Flora

Pteridophyta

Filicopsida:

Azollaceae:

Azolla spp.

Dicotiledoneae

Amaranthaceae:

Alternanthera philoxeroides (C. Martius) Griseb;
Alternanthera caracasana;
Alternanthera nodiflora;
Alternanthera herapungens Kunth.

Polygonaceae:

Reynoutria japonica Houtt. (*Fallopia japonica*, *Polygonum cuspidatum*).

Leguminosae:

Acacia farnesiana (L.) Willd.;
Pueraria lobata (Willd.) Maesen & S. Almeida.

Onagraceae:

Ludwigia peploides;
Ludwigia uruguayensis.

Balsaminaceae:

Impatiens glandulifera Royle.

Compositae:

Senecio inaequidens DC.

Monocotiledoneae

Alismataceae:

Sagittaria latifolia Willd.

Hydrocharitaceae:

Hydrilla certicillata (L. f.) C. Presl.

Araceae:

Pistia stratioides L.

ANEXO IV

Modelo do extracto-resumo a afixar pelos comerciantes nos estabelecimentos de plantas ornamentais e animais de companhia conforme preconizado pelo n.º 1 do artigo 15.º

Espécies não indígenas

Uma espécie não indígena (ou espécie exótica) é uma espécie da flora ou da fauna não originária de Portugal e nunca registada como tendo ocorrido naturalmente no nosso país. No caso das espécies aquáticas, considera-se que uma espécie é não indígena se não for originária de uma bacia hidrográfica.

Muitas espécies não indígenas foram introduzidas em Portugal com particulares benefícios (por exemplo, a batata). Contudo, muitas outras podem ser muito prejudiciais, como é o caso do jacinto-d'água e da perca-sol.

O Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro, pretende regulamentar a introdução intencional ou acidental de espécies não indígenas em Portugal continental e nas suas bacias hidrográficas.

Para isso, considera que uma introdução é o estabelecimento de populações selvagens de uma espécie não indígena em local não confinado. Uma introdução pode originar situações de predação ou competição com espécies nativas e a transmissão de agentes patogénicos ou de parasitas e afectar seriamente a diversidade biológica, as actividades económicas ou a saúde pública. Uma introdução pode causar prejuízos irreversíveis e de difícil contabilização, tanto mais que o controlo ou erradicação de uma espécie introduzida é especialmente complexo e oneroso.

Por esse motivo são proibidas a disseminação ou libertação na Natureza de espécimes de espécies não indí-

genas, com ou sem o propósito de estabelecer populações selvagens.

A única excepção, sujeita a autorização, é a disseminação ou a libertação na Natureza de espécimes de espécies não indígenas, visando o estabelecimento de populações selvagens, quando existam vantagens inequívocas para o Homem ou para as biocenoses naturais, desde que não haja nenhuma espécie indígena apta para o mesmo fim e seja elaborado um estudo do impacte da introdução. É abrangida por esta excepção a utilização de espécies não indígenas para aquicultura ou apicultura.

Para prevenir as introduções acidentais são proibidos a cedência, a compra, a venda, a oferta de venda, o transporte, o cultivo, criação ou detenção em local confinado, a exploração económica e a utilização como planta ornamental ou animal de companhia de espécies identificadas como invasoras e de espécies consideradas

como comportando risco ecológico, salvo, quando autorizado, para fins científicos e educativos.

Ainda como prevenção de introduções acidentais os estabelecimentos que detêm espécimes de espécies não indígenas, salvo se forem espécies de exploração agrícola ou zootécnica, estão sujeitos a licenciamento específico, dependente das suas condições sanitárias e de segurança e do registo dos espécimes comercializados.

As infracções a estas proibições e condições constituem contra-ordenações puníveis com coimas que podem ir de 30 000\$ a 750 000\$, multiplicáveis até 12 vezes se praticadas por pessoas colectivas, e com sanções acessórias como a apreensão dos espécimes, a interdição do exercício da actividade, o encerramento do estabelecimento ou a suspensão de autorizações e licenças.

Este extracto-resumo deve ser afixado pelos comerciantes de plantas ornamentais ou de animais de companhia em local bem visível do seu estabelecimento.

AVISO

- 1 — Abaixo se indicam os preços das assinaturas do *Diário da República* para o ano 2000 em suporte papel, CD-ROM, Internet.
- 2 — Não serão aceites pedidos de anulação de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.
- 3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número da assinatura que lhe está atribuída e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.
- 4 — A efectivação dos pedidos de assinatura, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas lojas.
- 5 — Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa.

Preços para 2000

ASSINATURA PAPEL (inclui IVA 5%)		
	Escudos	Euros
1.ª série	26 200	130,69
2.ª série	26 200	130,69
3.ª série	26 200	130,69
1.ª e 2.ª séries	48 700	242,91
1.ª e 3.ª séries	48 700	242,91
2.ª e 3.ª séries	48 700	242,91
1.ª, 2.ª e 3.ª séries	68 200	340,18
Compilação dos Sumários ...	8 500	42,40
Apêndices (acórdãos)	14 000	69,83
Diário da Assembleia da República	17 000	84,80

CD-ROM (inclui IVA 17%)				
	Assinante papel *		Não assinante papel	
	Escudos	Euros	Escudos	Euros
Assinatura CD mensal	31 000	154,63	40 000	199,52
Assinatura CD histórico (1974-1997) (a)	70 000	349,16	91 000	453,91
Assinatura CD histórico (1990-1999)	45 000	224,46	50 000	249,40
CD histórico avulso	13 500	67,34	13 500	67,34
Internet (inclui IVA 17%)				
	Assinante papel *		Não assinante papel	
	Escudos	Euros	Escudos	Euros
DR, 1.ª série	12 000	59,86	15 000	74,82
Concursos públicos, 3.ª série	13 000	64,84	17 000	84,80
1.ª série + concursos	22 000	109,74	29 000	144,65

* Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.
(a) Processo em fase de certificação pelo ISQ.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

1100\$00 — € 5,49



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dr.incm.pt>
Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



INCM

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES, VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
Telef. 21 353 03 99 Fax 21 353 02 94 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
Telef. 23 982 69 02 Fax 23 983 26 30
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
Telef. 22 205 92 06/22 205 91 66 Fax 22 200 85 79
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070-103 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. 21 387 71 07 Fax 21 353 02 94
- Avenida Lusitana — 1500-392 Lisboa
(Centro Colombo, loja 0.503)
Telef. 21 711 11 19/23/24 Fax 21 711 11 21 Metro — C. Militar
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
Telef. 21 324 04 07/08 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa